

1.º de Maio Hora de reagir

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES. UNI-VOS!

A Classe Operária

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 66 - VI FASE - Nº 41 - DE 27 DE ABRIL A 10 DE MAIO DE 1990 Cr\$ 30,00



O arrocho salarial, a recessão e o desemprego provocados pelo Plano Collor criaram um clima de perplexidade e geraram vacilações no movimento sindical que não chegou ainda a esboçar ações de resistência. Pelo contrário, apareceram propostas como a de fazer "greve japonesa" e unir os trabalhadores com setores do patronato. O

1.º de Maio sempre foi um dia de protesto contra a burguesia e os governos reacionários. A data simboliza a luta da classe operária contra a opressão e a exploração capitalistas.

Leia nas páginas centrais



Mais um crime do latifúndio no Sul do Pará

No dia 22 de abril três militantes do PCdoB e ativistas do movimento dos trabalhadores rurais foram seqüestrados por quatro homens fortemente armados. Dois deles, José Canuto e Paulo Canuto foram assassinados e seu irmão Orlando gravemente ferido.
Págs 18 e 19

O jornal dos comunistas faz 65 anos

A Classe Operária, órgão central do Partido Comunista do Brasil, completa neste 1.º de maio 65 anos de existência. Sempre vinculado aos interesses fundamentais do proletariado, defensor do marxismo-leninismo, permanece uma trincheira na luta pelo socialismo. Pág 10



Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Deter a mão dos fascistas

O seqüestro de três dirigentes do movimento de trabalhadores rurais e militantes do Partido Comunista do Brasil no sul do Pará e o assassinio de dois deles volta a trazer à tona do cenário político-social o problema da violência no campo. O fato, que não é isolado, indica que estamos diante de uma escalada terrorista perigosa que toma proporções alarmantes.

O recrudescimento da violência no campo relaciona-se diretamente com as agudas contradições sociais geradas pelo latifúndio e a situação de abandono em que vive o povo pobre do interior. Durante a campanha eleitoral do ano passado a bandeira da reforma agrária foi assumida pelas multidões nos comícios da Frente Brasil Popular. Criou-se uma consciência nacional de que não haverá progresso possível para o país enquanto a terra estiver concentrada num punhado de latifundiários e milhões de camponeses não dispuserem desse meio essencial para trabalhar e viver.

Mas o governo eleito,

vinculado a forças reacionárias e oligárquicas, já deixou claro qual a sua política para o campo. Fala em "modernização da agricultura" e na criação de "nova política agrícola". Reforma agrária é considerada coisa do passado e medida "populista e demagógica".

Os trabalhadores rurais têm justificadas razões para não alimentar nenhuma expectativa positiva em relação ao governo Collor, que favorecerá os latifundiários-capitalistas da agro-pe-

cuária.

A escalada de banditismo é motivo de inquietação para os democratas porque reflete de algum modo o ambiente político do país. Os reacionários se sentem à vontade para praticar crimes e arbitrariedades na medida em que o autoritarismo e o desrespeito às instituições e normas democráticas vão tomando forma no método e no estilo de governo do presidente da República.

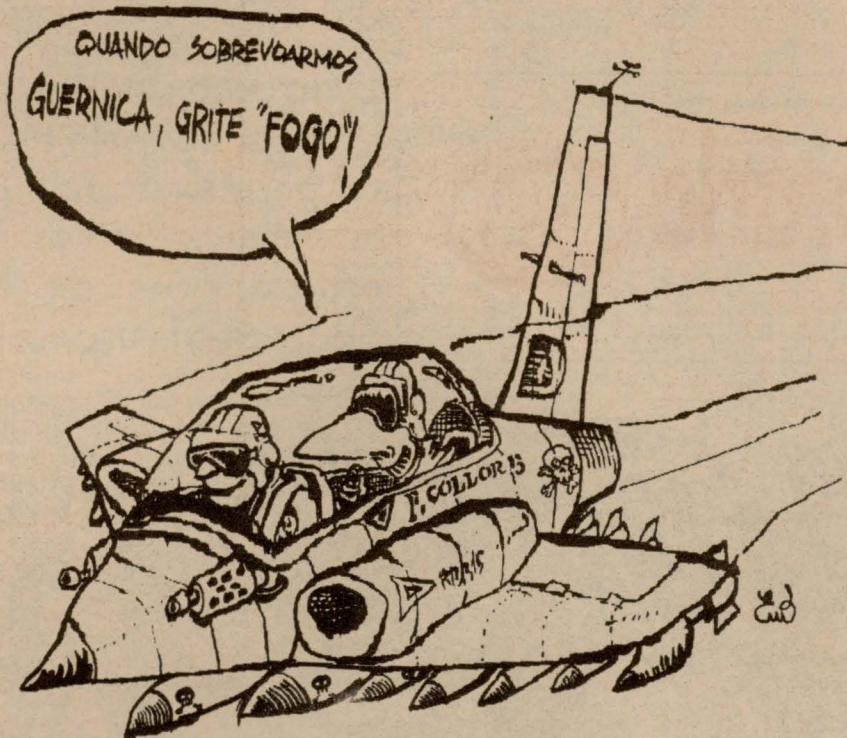
A par do exibicionis-

mo narcisista e da autopromoção através de uma publicidade estridente, dos apelos aos "descamisados" e frases de efeito "contra as elites" - tudo isso ingredientes de fascismo -, o governo Collor impõe à nação um plano econômico que implica arrocho sobre os trabalhadores, recessão, desemprego e a alienação da economia nacional ao capital estrangeiro. Para isso, o tiranete das Alagoas desconheceu o Congresso e o Judiciário e abusou das Medidas

Provisórias, transformadas em Decreto-lei.

Vive assim o país, apesar de o presidente ter sido eleito pelo voto direto, de estar em vigor uma Carta elaborada por uma Assembleia Constituinte, um quadro de autoritarismo, onipotência do Executivo, exercício do poder de forma unipessoal pelo presidente e de aceleração de medidas antipopulares e antinacionais. Tudo isso dá força às oligarquias e a organizações pára-fascistas como a UDR.

A violência que se abateu agora contra trabalhadores rurais e comunistas é um sinal de alerta à nação. Hoje os reacionários investem contra trabalhadores desarmados e militantes do PCdoB. Amanhã, se sua mão não for detida, agredirão a legalidade democrática atingindo a todos os democratas indiscriminadamente. Por isso, além de exigir a punição dos responsáveis pelo crime perpetrado no sul do Pará, as forças democráticas devem se unir e lutar pelas liberdades, contra o autoritarismo.



Empenho para superar obstáculos

Olival Freire Jr. *

O quadro da disputa em São Paulo não está de todo delineado. As forças conservadoras têm de saída dois fortes esquemas: a candidatura Maluf, abertamente de direita, e a candidatura do quercismo (Fleury), de centro-direita. Mas a vantagem eleitoral inicial tem deixado estas forças à vontade para testar outras alternativas como Romeu Tuma ou Sílvio Santos.

A unidade das forças da oposição conseqüente ao governo Collor, necessária em escala nacional, torna-se aqui mais relevante. Mas também apresenta fortes obstáculos. O quadro político do Estado justifica a reedição do palanque do segundo turno da eleição passada. Mas as dificuldades políticas e práticas inviabilizam esta composição. O PSDB paulista, diferentemente de outros

Estados, recusa alianças à esquerda e setores de sua direção inclinam-se para o entendimento com o governo federal.

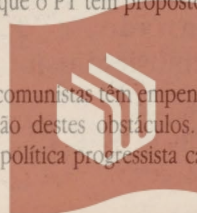
Neste contexto os comunistas têm defendido tomar como *ponto de partida* a constituição de uma coligação majoritária e proporcional entre os partidos progressistas e de esquerda - PT, PSB, PCdoB, PDT, PCB e PV. A coligação a se formar deve elaborar o programa e discutir os candidatos aos postos majoritários. Uma unidade desta natureza é imprescindível para a batalha que se avizinha e deveria buscar sua ampliação para setores progressistas do PMDB e PSDB.

A constituição desta alternativa tem avançado, mas persistem obstáculos. O PDT, fortalecido pelo ingresso do vice-governador Almino Afonso,

tem insistido em sair em faixa própria, numa resposta às dificuldades postas pelos diretórios estaduais do PT no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Esta posição, ainda que compreensível, pelo prejuízo que a atitude das seções carioca e gaúcha petistas têm causado à luta unitária contra o governo Collor, não se justifica politicamente. Não podemos nos dispersar em São Paulo só porque não conseguimos nos unir em outros Estados. Também aparecem dificuldades nos acordos de campanha que o PT tem proposto aos outros partidos.

Os comunistas têm empenhado suas forças na superação destes obstáculos. Constituir uma alternativa política progressista capaz de derrotar

a direita, o continuísmo quercista, as forças ligadas ao governo Collor e ao mesmo tempo eleger por São Paulo Aldo Rebelo (deputado federal) Jamil Murad e João Bosco (deputados estaduais), nossos candidatos prioritários, são os desafios postos aos comunistas paulistas.



CDM

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Ampliar para derrotar Collor

Com a aproximação das eleições para os governos estaduais, Congresso Nacional e Assembléias Legislativas, as forças políticas vão se posicionando a fim de melhor se situarem na batalha e conquistarem espaços nas diversas esferas de poder em disputa.

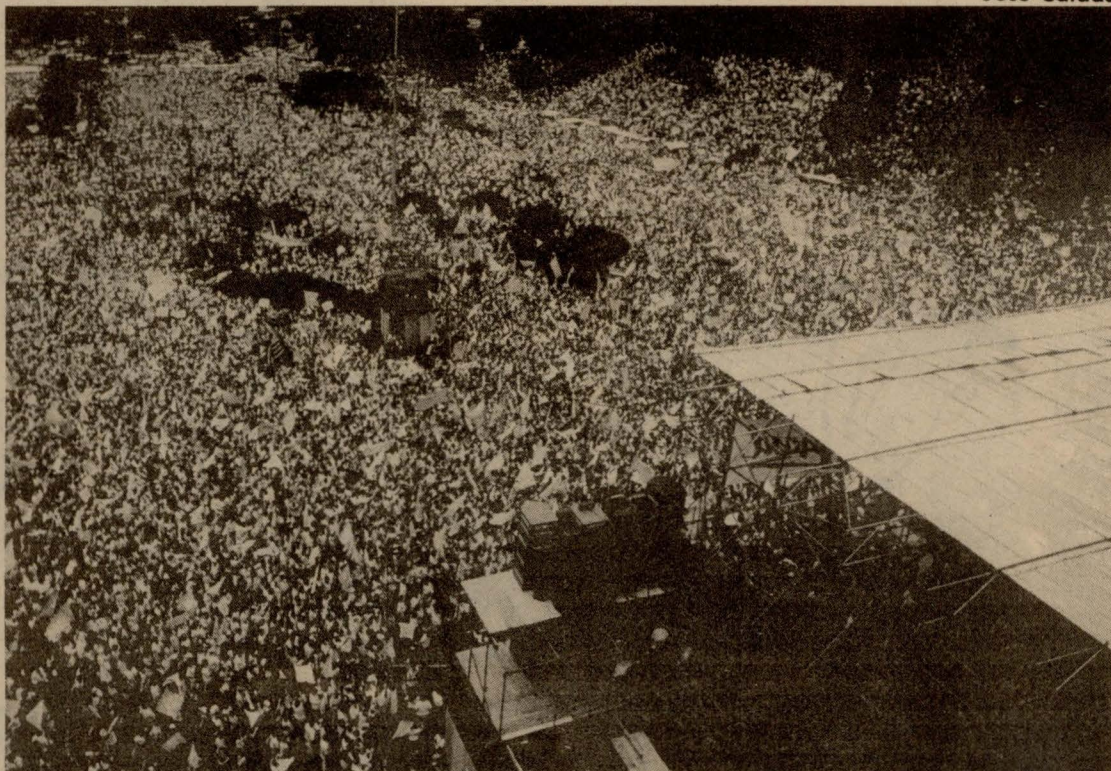
A importância do pleito de outubro próximo está no papel estratégico que os governos estaduais desempenham na vida política do país e na missão que o futuro Congresso Nacional terá a partir da sua investidura em março de 1991 (entre outras coisas a revisão Constitucional e a possível implantação do parlamentarismo). O governo Collor tem isso bem presente e está em plena articulação para conquistar a maioria da Câmara, do Senado e os governos estaduais mais importantes. Na sua estratégia eleitoral Collor não se baseia em apenas uma agremiação. Além do PRN, legenda que criou para disputar a sucessão presidencial, trabalha com o PDS, o PFL, o centro e o centro-direita do PMDB, o PTB, partidos menores de direita como o PL e o PDC e corteja setores do PSDB. Conta com um resultado favorável para construir um novo partido uma espécie de *Arenão* do "Brasil Novo".

Novo projeto

A singularidade da atual situação do país está no fato de que o governo recém-instalado é de direita, reacionário, entreguista e antipopular, mas não representa um mero continuísmo da situação anterior. O plano econômico em execução, o estilo de governo, as forças de que se acerca mostram que, mantendo seu caráter essencial de governo das classes dominantes alinhado ao imperialismo, o projeto global do novo presidente contém elementos novos, que precisam ser levados em conta na análise das forças progressistas e de esquerda. Em última instância isto determinará a tática para pôr em execução uma política oposicionista conseqüente.

Collor foi talhado para levar a cabo o processo de internacionalização da economia brasileira, que ele chama de "integração competitiva do Brasil ao primeiro mundo", reestruturar o capitalismo dependente e reciclar os padrões de acumulação, ainda que isso custe o sucateamento da indústria nacional e a paralisia temporária da vida econômica com as desastrosas conseqüências sociais que acarreta.

O processo de aprovação das Medidas Provisórias do plano econômico e as tropelias cometidas nos primeiros dias do governo revelam a marca autoritária do presidente. Isto, combinado com medidas demagógicas (a política antiinflacionária está impregnada de demagogia), culto à personalidade



O surgimento de um novo ciclo de mobilizações populares dependerá da criação da frente ampla.

de, a agitação das bandeiras "anticapitalistas", a reafirmação da autoridade pessoal e afagos ao sistema militarista, mostram que paira sobre o país um tipo de ameaça à vida democrática, com tinturas fascizantes.

Radicalização

Nada há de estranho nisso se se tem em conta que o Brasil vive um impasse histórico, que o projeto global do governo só tende a tornar ainda mais dramático. Numa tal situação a burguesia encontra dificuldades para adotar soluções políticas de centro, um termo de equilíbrio capaz de administrar os conflitos sociais e alcançar estabilidade. As tendências mais visíveis da evolução do quadro político continuam sendo de polarização e radicalização entre direita e esquerda.

A própria situação mundial conduz a isso. Apesar das aparências de liberalização e de as superpotências terem chegado a um acordo, o ambiente está carregado de ameaças aos povos. Sucedem-se em várias regiões as agressões à liberdade e à soberania dos povos.

Frente ampla

A ameaça de fascismo e de liquidação completa da soberania nacional volta a colocar na ordem do dia a exigência da criação de uma frente única ampla, de caráter democrático, nacional, popular, progressista e de oposição ao governo Collor e ao sistema de que faz parte. Seria ilusório pensar em enfrentá-los com possibilidade de vitó-

ria apenas com as forças que se uniram na Frente Brasil Popular no 1º turno da sucessão presidencial. A experiência do 2º turno, quando a aliança se ampliou, mostra que somente aglutinando mais setores políticos e sociais é

possível fazer frente aos poderosos.

O problema da criação de uma frente ampla não pertence ao futuro. É tarefa que as forças democráticas e progressistas devem executar a partir de já e tendo como primeira batalha a

resistência ao Plano Collor e às eleições de outubro próximo.

Desde a proclamação do resultado da sucessão presidencial a esquerda perdeu terreno. Um evidente paradoxo, já que saía do embate com força acumulada, expressa num patrimônio de 31 milhões de votos. Mas a dispersão, a falta de iniciativa, a preocupação com divergências menores desguarneceram o flanco da oposição democrática e popular, que não conseguiu ainda esboçar alguma reação mais sólida ao governo. A votação das Medidas Provisórias do plano econômico no Congresso Nacional revelou uma esquerda fragilizada, dispersa e de certo modo isolada. Há evidentes razões objetivas para que isto ocorra, mas a demora para tomar iniciativas políticas e a subestimação da construção da frente ampla só avolumam as dificuldades. Um retorno ao gueto nas atuais circunstâncias do país será sem dúvida bem aproveitado pelo governo e um desserviço aos interesses da nação e do povo.

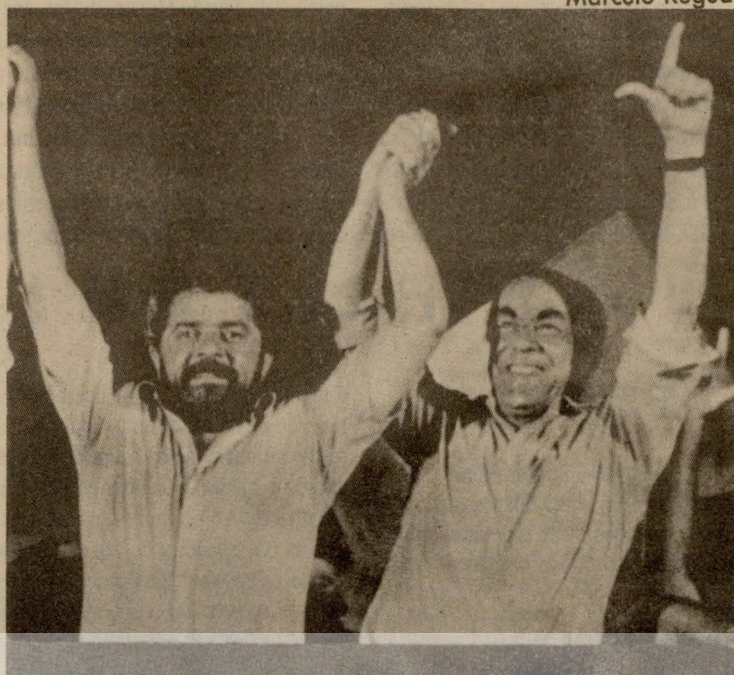
A ampliação da frente não significa nenhum retrocesso do movimento democrático-popular nem muito menos a perda do seu caráter de esquerda conseqüente. É um meio historicamente provado como eficaz para acumular forças a fim de enfrentar um inimigo que de imediato é mais poderoso.

Um acordo em definição

Marcelo Régua

Em diversos Estados estão em curso entendimentos entre os partidos de esquerda tendo em vista formar alianças amplas para conquistar o governo e bancadas expressivas nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional.

Muitos êxitos têm sido alcançados na composição da Frente. É o caso, por exemplo, de Pernambuco, onde se uniram PMDB, PDT, PSDB, PCdoB e PSB. Mas o PT ainda resiste a se incorporar. No Norte do país também a unidade avançou. No Acre, por exemplo, foi formada uma frente com todos os partidos de esquerda mais o PSDB. Também no Amazonas e no Pará a oposição democrática e popular marcha toda ela unida, incluindo o partido dos tucanos. Em alguns Estados do Sul, a frente adquiriu amplitude. Em Santa Catarina, uma chapa encabeçada pelo PDT inclui o PCdoB, o PT e o PSB e no Paraná as forças progressistas marcharão em torno do PSDB mas sem a participação do PT. Em Minas Gerais a aliança formada por enquanto reproduz a Frente Brasil Popular (PT, PSB, PCdoB), mas os entendimentos em curso ainda podem levar à incorporação do PDT. Em São Paulo, o quadro momentâneo também é da formação da frente de esquerda, sendo necessário incorporar o PDT (ver matéria na página 2). Nos Estados da Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e Rio Gran-



A repetição desta cena nas eleições deste ano reforçaria a oposição

de do Sul ainda há dificuldades a superar. Na Bahia e no Ceará porque as alianças estão estreitas e no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul pela insistência do PT em lançar candidato próprio, recusando-se a formar a frente em torno do PDT, inequivocamente a força mais expressiva da esquerda nesses Estados. Os comunistas do PCdoB estão em entendimentos avançados com os pedetistas. A tendência é sair uma frente composta por PDT, PCdoB e PSDB no Rio Grande do Sul e PDT, PCdoB, PV e PCB no Rio de Janeiro.

Os vetos de Collor

Numa clara demonstração de autoritarismo e de sua disposição de manter a essência antinacional e antipopular do seu pacote econômico, o presidente Fernando Collor vetou 46 dispositivos das diversas Medidas Provisórias aprovadas com alterações pelo Congresso Nacional. O inusitado que grande parte desses vetos foram dados para modificações aprovadas depois de um acordo entre o PMDB e o PSDB com os partidos que dão sustentação ao governo. Ao vetar esses dispositivos Collor demonstrou, mais uma vez, o seu total desrespeito ao Congresso Nacional e a sua tendência à governar como um verdadeiro tirano tropical.

Arrocho

Os vetos do presidente Fernando Collor recaíram sobre alguns dispositivos importantes que, mesmo sem alterar a essência do pacote, minimizavam alguns dos seus efeitos danosos, principalmente sobre as perdas salariais dos trabalhadores. Em relação à Medida Provisória 154, que trata de preços e salários, Collor, por exemplo, vetou o dispositivo que garantia o gatilho trimestral automático para o caso do reajuste salarial pré-fixado ser inferior à inflação real do período. Com isso, o atual ocupante do Palácio do Planalto deixa bem clara a sua disposição de manter intocada a política de arrocho salarial, bem a gosto do receituário re-



cessivo do Fundo Monetário Internacional. Nessa Medida, Collor vetou ainda o artigo que determinava a obrigatoriedade do Executivo enviar ao Congresso, até agosto deste ano, um novo Projeto de Lei de Política Salarial, repondo as eventuais perdas decorrentes do pacote. Outra de-

monstração de que o governo quer mesmo que os assalariados paguem a conta do combate à inflação.

Aomesmo tempo, Collor vetou, o dispositivo que previa o financiamento total pelo governo para as folhas de pagamento de empregados. Ao incluir esse dispositivo, o

Congresso pretendia ampliar as garantias de emprego, diante do risco iminente da recessão provocada pelo pacote. O veto de Collor comprova que o governo, além do arrocho, não está preocupado em controlar ou atenuar o desemprego que seu pacote está procando.

Outro importante conjunto de vetos diz respeito à Medida Provisória 155, que trata do Programa Nacional de Desestatização. Collor vetou, por exemplo, o dispositivo que permitia o controle do Congresso Nacional ao Programa de Desestatização, através da exclusão de empresas a serem privatizadas ou da alteração das condições dos editais de privatização. Além disso, Collor vetou o artigo que previa que a avaliação das empresas a serem privatizadas seria feita pela Caixa Econômica Federal e o artigo que determinava que as vendas das estatais fossem feitas sempre às vistas, proibindo a concessão de financiamentos públicos para as orçamentações.

Privatização

Com esses vetos, Collor comprova sua intenção de promover uma ofensiva privatizante, à revelia da nação e do Congresso Nacional, levando à uma completa desnacionalização da economia brasileira. Na opinião do líder do PCdoB, deputado Haroldo Lima, "os vetos feitos por Collor acentuam a disposição do governo de entregar as estatais sem nenhum controle do Legislativo e garantindo financiamento público para essa venda, de afastar o Legislativo de qualquer controle da execução do Plano e não dão nenhuma esperança aos demitidos e aos assalariados prejudicados pelo Plano".

(Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília).

NAS ENTRELINHAS DA NOTÍCIA

Clóves Wonder

Os estranhos editoriais e a confusão

Algo de muito estranho está se passando pela cabeça dos Mesquita. Afinal, o "Estadão" vem repetindo longos editoriais puxando as orelhas do presidente Collor. No último domingo, foi buscar filigranas jurídico-constitucionais para mostrar o lado autoritário do governo e um moderado combate às medidas econômicas em curso. Faz coro à parcela da grande burguesia e de seus sócios, como Antonio Ermírio, para pressionar o governo a não mexer nos monopólios e oligopólios. O que aliás, o presidente e sua equipe sequer pensam em fazer. O governo está é dando uma forcinha para as multinacionais

e monopolistas nacionais, liberando linhas de crédito e abrindo as torneiras que continuam fechadíssimas para as micro, pequenas e médias empresas e arrochando como nunca os salários. Mas não é só o "Estadão" que está nessa não. "O Globo", através de J. Carlos de Assis, editorialista econômico da confiança de Roberto Marinho, não fala em outra coisa senão proteger o "setor produtivo" e mais abertura da torneirinha para os amigos do poder.

Confusão geral

Quem procura por informações corretas nas páginas econômicas dos jornais vai acabar ficando doido. Nos

jornais das últimas semanas, matérias editadas lado a lado mostravam uma visão completamente diferente do mesmo problema, ou seja, da situação econômica do país. Em um canto, a Fiesp e outros big-shots diziam que a economia está se recuperando, o desemprego diminuindo e que as vendas voltando ao normal. De outro, os micro e pequenos empresários diziam que a partir deste mês, se não houver solução para as folhas de pagamento, as demissões, que já começaram no setor, irão aumentar assustadoramente.

Sacrifícios

Mas não se entende se a econo-

mia está ou não se recuperando, ou entrando em recessão, também não se entende por que a Fiesp diz que a coisa está se normalizando e ao mesmo tempo diz que não pode dar garantia de empregos e quer continuar reduzindo carga horária e salários dos trabalhadores. Onde há editor inteligente, todas as matérias que tratam desses assuntos ficam na mesma página, para mostrar nitidamente a incongruência do governo e dos empresários.

Sempre os mesmos

Até agora os técnicos e ministros do governo só ouviram os grandes empresários. O único pequeno e ter-

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

contato com a Zélia Cardoso foi o presidente do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo, Joseph Coury, que saiu do encontro de mãos abanando e sem nenhuma solução para os problemas que os pequenos estão enfrentando. É de se notar também no noticiário dos jornais o aumento de pronunciamentos de apoio ao plano Collor. De grandes empresários, colonistas e articulistas econômicos, como Aloysio Biondi, que vivem cantando loas ao plano e combatendo em nome de não se sabe bem o que, os que criticam o governo. Essa onda, pelo jeito, vai pegar. Só que pode dar marola e os que embarcaram nela podem morrer na praia.

Um Plano contra o Brasil

O deputado Aldo Arantes (PCdoB-GO) fez no último dia 19, na Câmara Federal, um longo pronunciamento em que expressa as posições fundamentais de seu partido sobre o "Plano Brasil Novo". Pela importância do discurso de Aldo, num momento em que reina confusão entre o povo sobre as conseqüências do pacote, e pelo próprio caráter de sua intervenção, que traz uma análise pormenorizada dos principais aspectos da nova política econômica, a Classe pública, nas três próximas páginas, os trechos principais do pronunciamento.

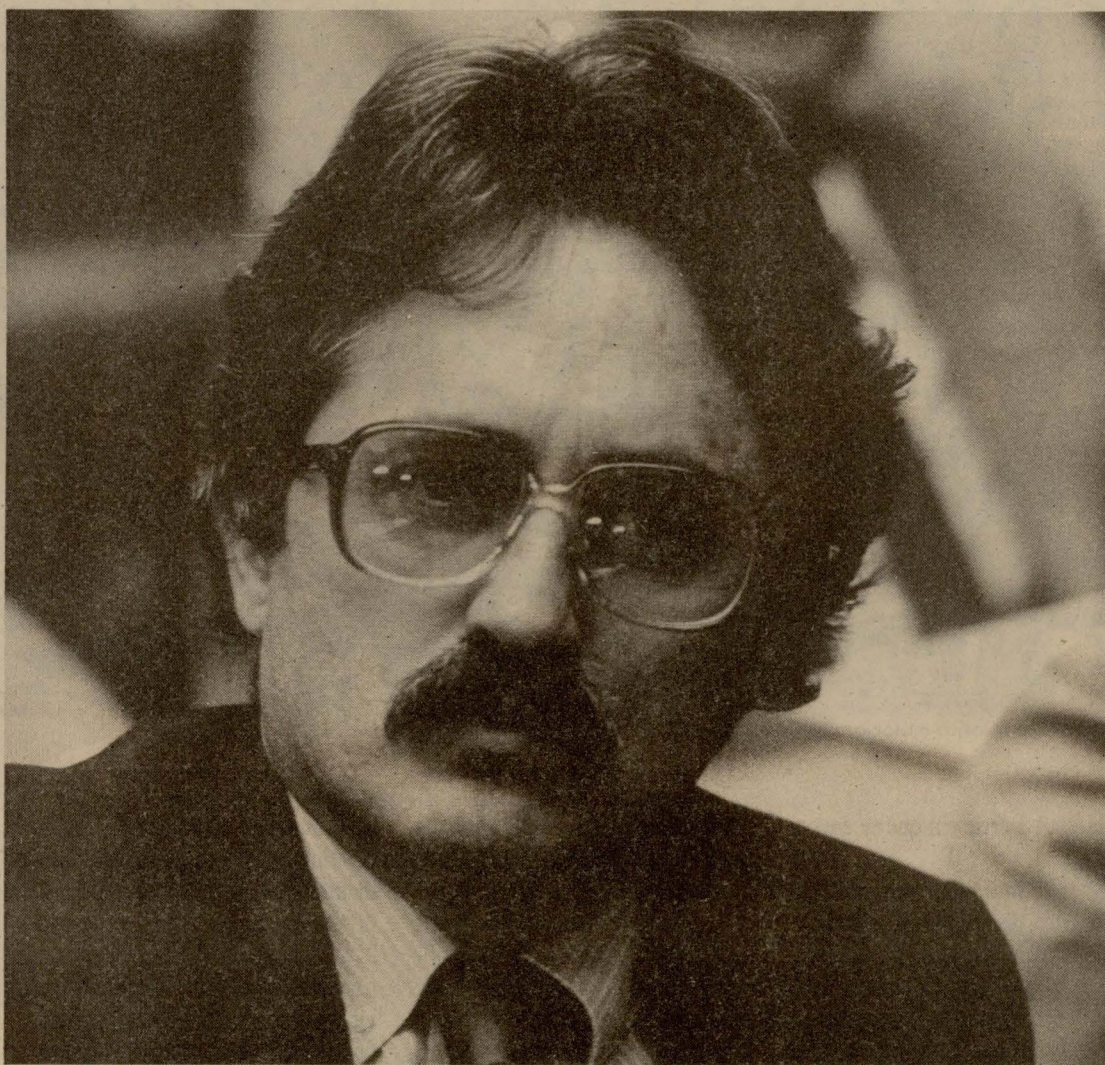
"Diante da aprovação pelo Congresso Nacional das medidas econômicas adotadas pelo governo Collor, e face aos altos índices de receptividade popular indicados pelas pesquisas, poder-se-ia imaginar que este plano reflete os interesses da maioria do povo brasileiro. Nada mais falso.

O plano econômico colocado em prática pelo governo Collor, longe de expressar os interesses da grande maioria do povo brasileiro, é um plano que causará graves prejuízos aos trabalhadores, aos pequenos e médios empresários e à soberania nacional. A análise mais detida das medidas econômicas adotadas e dos vetos apostos pelo presidente a matéria votada pelo Congresso indicam o verdadeiro sentido desta política.

Dentre as medidas adotadas, as mais importantes dizem respeito à reforma monetária, à política de preços e salários, à extinção de inúmeras empresas e órgãos públicos e à desestatização de empresas estatais.

Vazamento de informações permitiu realização de ganhos fabulosos

Através da Medida Provisória n.º 168, o governo realizou uma reforma monetária, retirando de circulação 75% de todos os ativos financeiros. O Partido Comunista do Brasil considera justo que se tome medidas contra os especuladores. No entanto, denuncia que a adoção dessa medida foi antecedida do vazamento de informações, permitindo que muita gente sacasse dinheiro e se livrasse das conseqüências da medida. Por outro lado, aqueles que detêm grandes investimentos têm mecanismos de reaver seus recursos bloqueados, seja através da compra de ações das empresas estatais, seja através dos leilões de conversão de cruza-



Aldo: "Os que ainda se deixam enganar pela propaganda da TV Globo rapidamente verão que os grandes perdedores são os trabalhadores"

dos novos em cruzeiros, a ser efetuado pelo governo. Os verdadeiros prejudicados por tal política econômica são os trabalhadores, em decorrência da recessão econômica. Os jornais trazem cada vez mais informações sobre o aumento de demissões em todo o país, concessão de férias coletivas e redução da jornada de trabalho, com a conseqüente redução do salário.

A medida traz, além disso, conseqüências para os pequenos e médios empresários, que ficam debilitados e vulneráveis, facilitando com isto o processo de quebra dessas empresas e de uma maior monopolização e desnacionalização da economia. Com esta falta de liquidez, as pequenas e médias empresas entram em crise e as grandes empresas, sobretudo as multinacionais, que dispõem de recursos externos, ficam com o campo aberto para comprar tais empresas. A Gazeta Mercantil, de 20.03.90, afirma "que um dos maiores bancos credores do Brasil recebeu ontem várias consultas de clientes multinacionais com negócio no Brasil. São empresas que vão precisar de dinheiro, prevêm que o custo interno será muito alto e pen-

sam trazê-lo do exterior". Ou seja, com a falta de recursos internos quem conseguir trazer dinheiro do exterior terá condições excepcionais para compra de empresas nacionais a baixo preço.

Nenhuma medida para garantir empregos e prevenir a recessão

A insensibilidade do governo para as conseqüências sociais do processo recessivo fica evidente na medida em que não se criou nenhum mecanismo de garantia mais efetiva do emprego do trabalhador. Uma medida débil adotada pelo Congresso Nacional, abrindo linha de crédito especial para as empresas que garantissem estabilidade por 90 dias aos seus funcionários, foi vetada pelo governo. A base de apoio do governo no Congresso não aceitou qualquer discussão em torno da estabilidade de 6 meses, da ampliação do aviso-prévio ou qualquer outra medida que significasse uma garantia social para as conseqüências do processo recessivo.

Apesar de todas as conseqüências, com essa política, o governo

não irá controlar de fato a inflação. Na avaliação de inúmeros economistas o governo apenas submeteu a economia brasileira a uma anestesia, não tomando, no entanto, medidas estruturais capazes, de fato, de atingir as causas estruturais do processo inflacionário. O governo, por exemplo, não tomou nenhuma medida com relação à dívida externa, à evasão constante de recursos para o exterior.

Nada foi feito para eliminar as causas estruturais da inflação

Além disso, a estrutura produtiva do campo, com a existência de grandes propriedades com baixa produtividade ou improdutivas, são fatores estruturais que pressionam o processo inflacionário. Isso sem falar nas altas taxas de juros sobre as quais o governo não impôs nenhum tipo de limitação. Por outro lado, o plano econômico que previu a extinção dos subsídios e incentivos fiscais, no entanto, ao se defrontar com os interesses das multinacionais e dos latifundiários, fez concessões. O governo foi duro no corte dos incentivos concedidos ao Norte e ao Nor-

deste. No entanto, se dobrou à pressão das multinacionais, fabricantes de alumínio, que conseguiram manter preços subsidiados para a energia elétrica, trazendo, evidentemente, um ônus ao sistema Eletrobrás. Calcula-se que esses subsídios atinja cerca de 250 milhões de dólares anuais. O mesmo ocorreu com os usineiros do Nordeste, que continuaram com o subsídio que apenas mudou de nome e passou a se intitular "taxa de equalização de custos". Só na safra passada esse subsídio consumiu o equivalente a 300 milhões de dólares.

Arrocho profundo, e veto à tentativa de recuperação salarial

Outra medida provisória altamente polêmica foi a de n.º 154, que estabeleceu a prefixação de preços e salários. Tal medida é claramente contrária aos interesses dos trabalhadores porque exclui a inflação do mês de março do reajuste salarial e sobretudo porque não assegura nenhum mecanismo no caso da inflação real superar o reajuste salarial fixado pelo governo. A evidência de que essa política econômica é uma política de arrocho salarial está no fato de que o governo vetou o mecanismo criado no Congresso Nacional que assegurava o pagamento trimestral das perdas salariais.

Ao mesmo tempo, a Medida Provisória n.º 154 reformula a política de reajustes do salário-mínimo, aprovada pelo Congresso Nacional, e que garantia aumentos reais de 3% ao mês no valor do salário-mínimo. Em lugar disto, o governo estabeleceu um aumento real de 3% a cada trimestre, o que representa uma perda real no valor do salário-mínimo. O fato é que o Congresso alterou tal dispositivo, fixando que a partir do mês de julho há o retorno à política antiga sem a reposição de 3% ao mês. A disposição de arrocho salarial do governo é tanta que num primeiro momento ele chegou a vetar tal dispositivo. O fato é que, após um mês de vigência do Pacote Collor, o salário-mínimo tem o menor poder de compra de toda a sua história. Ele equivale, hoje, a 25,43% do que valia em julho de 1940, quando foi criado, segundo os cálculos do Dieese.

Aqueles que se deixaram enganar com a maciça propaganda dos meios de comunicação, particularmente a TV Globo, rapidamente vão tomar consciência de que os grandes perdedores com esse plano são exatamente os trabalhadores."

Nossa economia para as múltis

A extinção de empresas importantes para o país, e a privatização de outras em condições especialíssimas visam na verdade reorganizar a economia, de forma a entregar boa parte do patrimônio nacional para o capital estrangeiro. Esta é a tese essencial do deputado Aldo Arantes, num dos trechos mais importantes de seu discurso de 19/4.

“Na verdade, as medidas de combate à inflação têm um objetivo de aplainar o terreno para a reorganização da economia brasileira em novas bases, de acordo com os interesses dos grandes capitalistas brasileiros e das multinacionais. Várias medidas foram adotadas no sentido de redefinir o papel do Estado na economia e de abrir as portas do país ao capital estrangeiro. Uma que se tornou bastante polêmica no Congresso foi a Medida 151, que extingue inúmeros órgãos importantes e empresas estatais.

Dentre as empresas estatais extintas está a Interbrás, empresa subsidiária da Petrobrás, que atua no mercado internacional. O estranho dessa extinção é que tal empresa não recebe subsídio ou dotação orçamentária. Em 1989 teve um lucro superior a 7 milhões de dólares e na crise cambial de 1982 forneceu aos cofres públicos 100 milhões de dólares. Tal empresa é importante para o país porque permite a atuação no mercado internacional em condições de competir com os conglomerados e oligopólios que dominam este mercado.

Estado aviltou preços do aço, e agora acusa Siderbrás de “ineficiente”

Outra empresa extinta foi a Siderbrás. O argumento para sua extinção é de que ela é uma empresa deficitária. No entanto, não se discute que o sistema Siderbrás perdeu nos últimos dez anos 17 bilhões de dólares em decorrência dos preços aviltados do aço. Na verdade, isto se constitui em um evidente subsídio sobretudo à indústria automobilística, constituindo-se, portanto, numa transferência de recursos do setor público para o setor privado. É mais fácil para aqueles que querem entregar o patrimônio público para as empresas multinacionais fazerem afirmações genéricas do que analisar as causas reais que levaram certas empre-



Siderbrás: o terceiro maior grupo siderúrgico do mundo, extinto para alegria do capital estrangeiro

sas estatais à crise em que se encontram.

A extinção da Portobrás é outra medida discutível. Na realidade, qualquer decisão séria sobre tais empresas só poderia ser tomada com pleno conhecimento de causa do Congresso Nacional. A questão a ser discutida é se a administração dos portos deve estar na mão do Estado ou não. É importante que se diga que no Japão, Austrália, França, Itália e China a administração dos portos está nas mãos do Governo Central.

O absurdo fim da Petromisa, única do ramo no Hemisfério Sul

Outro caso sério é o da extinção da Petromisa, subsidiária da Petrobrás, que explora potássio na mina de Taquari-Vassouras, do Estado de Sergipe, com reservas de 800 milhões de toneladas de minério. Vale ressaltar que ela é a única empresa produtora de potássio no Hemisfério Sul. Por isso mesmo é altamente cobiçada. O Jornal do Brasil estampou denúncia de que o grupo Norberto Odebrecht, o grupo Lume e os importadores de potássio são os grandes interessados na extinção da Petromisa.

Outras empresas importantes foram extintas, como a Embrater, empresa que sempre teve um grande papel na assistência técnica e extensão rural aos pequenos e médios produtores do campo. Sem uma discussão com setores ligados à área

cultural, provocou-se uma verdadeira razia nos órgãos ligados à área cultural.

Além do prejuízo em si da extinção de empresas ou órgãos importantes para o desenvolvimento do país, a forma como foi adotada foi autoritária e sem a participação dos segmentos da sociedade interessados. A decisão superficial, sem uma análise mais profunda, leva a decisões que poderão trazer graves prejuízos à economia e à cultura nacional.

Governo quer “mãos livres” para abertura completa da economia

Mas a medida provisória que melhor expressa a essência da nova política do governo é a Medida Provisória nº 155, que estabelece normas para privatização das empresas estatais. Tal medida provisória é altamente lesiva aos interesses nacionais. Ela dá um “cheque em branco” ao governo para privatizar as empresas estatais. Permite que essas empresas sejam vendidas a empresas multinacionais. Assegura que os laudos de avaliação para a venda das empresas seja elaborado por duas empresas privadas. Isso equivale a dizer que a fixação do preço das empresas estatais será feita por empresas particulares, passível de uma grande negociação. Além do mais, a medida provisória assegura a conversão da dívida interna em ação das empresas estatais. A ânsia do governo Collor de escancarar as portas do país ao capi-

tal estrangeiro é tão grande que ele certamente encontrará algum expediente que assegure a conversão da dívida externa em ações das estatais.

Na verdade, tal medida tem por objetivo retirar o Estado das atividades econômicas e entregar as empresas estatais a “preço de banana” aos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros. E isso tudo sem nenhum controle da sociedade e nem do Parlamento. Depois de uma exaustiva discussão no Congresso Nacional, foi introduzida na Medida Provisória 155 a possibilidade de um certo controle do Legislativo sobre o processo das vendas das estatais. No entanto, o governo vetou essa participação para ficar com as mãos livres para a completa abertura do país ao capital internacional. Por outro lado, o Congresso Nacional estabeleceu que a Comissão Diretora do Programa de Desestatização deveria ser aprovada pelo Congresso. Aí também o presidente vetou. Ele não quer controle da sociedade ou do Congresso sobre esse processo.

O Congresso Nacional também fixou que o preço mínimo das estatais deveria ser estipulado pela Caixa Econômica Federal. Aí também o presidente vetou, no sentido de assegurar que as estatais possam ser vendidas a preço vil. O Congresso também estabeleceu a proibição de financiamento público para a compra das estatais. Também aí o presidente vetou.

Na Medida Provisória nº 155

é que reside o coração do plano econômico de Collor. O presidente foi claro ao afirmar em seu discurso de posse que sua política tem como premissa maior “uma estratégia global de reforma do Estado”. afirmou também que “o Estado apenas não perdeu sua capacidade de investir como, ainda é mais grave, com o seu comportamento errático e perverso passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro”. E sobre o capital estrangeiro afirmou: “não abrigamos nenhum preconceito colonial sobre o capital estrangeiro. Ao contrário, tornaremos o Brasil uma vez mais hospitaleiro em relação a ele, embora é claro, sem privilegiá-lo”. Collor afirmou que sua política está sintetizada na proposta “modernização econômica, pela privatização e abertura” da economia ao capital estrangeiro. Para se ter uma idéia clara de a quem interessa essa política, basta ver a repercussão do pacote na imprensa. A Folha de São Paulo, de 17.03.90, afirma: “Pacote agrada governo norte-americano”. O Jornal do Brasil, de 20.03.90, afirma: “Plano Collor é elogiado por banqueiros norte-americanos” e O Estado de S. Paulo, de 22.03.90, afirma: “Estados Unidos podem tirar Brasil da lista negra”. Ao mesmo tempo, o representante brasileiro no FMI, Sr. Alexandre Kafka, foi claro ao afirmar: “O FMI está gostando do programa de estabilização econômica adotada pelo presidente Collor. O plano é bom”.

As armadilhas neoliberais

Os teóricos do capitalismo "moderno" querem impor aos países menos desenvolvidos e ao Brasil políticas econômicas que levarão, se aceitas, ao aprofundamento da miséria e da dependência. Na última parte de seu discurso, o deputado Aldo Arantes polemiza com as idéias neoliberais mais destacadas.

"O documento de Santa Fé II, que define a estratégia atual do governo norte-americano para a América Latina, fala da necessidade do governo norte-americano estimular a criação de um "sistema econômico saudável, livre do excessivo controle e interferência governamentais" e fala da necessidade de se utilizar "a atual crise da dívida para um mais amplo processo de transição na América Latina". Mais adiante o documento fala que "os mecanismos da conversão da dívida estão se mostrando um veículo eficaz para as nações devedoras latinas diminuírem a dívida externa" e que "a conversão da dívida permite que os investidores estrangeiros ou nacionais (possuidores de dólares) comprem os débitos no exterior através de descontos do credor - e depois troquem os papéis em valor nominal por moeda local".

Tanto a repercussão da política econômica de Collor nos Estados Unidos, como os trechos citados do documento de Santa Fé II indicam claramente que a política econômica de Collor expressa os interesses do grande capital nacional e estrangeiro. O presidente Collor tem afirmado que a sua política representa uma nova política de desenvolvimento econômico do país. Na verdade, o que está em curso é a alteração do modelo econômico de acumulação capitalista, baseado na combinação do Estado, das empresas nacionais e das empresas multinacionais. Nesta fase o Estado foi utilizado como instrumento de acumulação capitalista e como fator de transferências de recursos da sociedade para o setor privado nacional e multinacional, através da política de subsídios e favores concedidos pelo Estado brasileiro. No novo modelo de acumulação capitalista o objetivo é afastar o Estado da atividade econômica, abrindo as portas do país ao capital estrangeiro.

Na verdade, o que está em curso é o crescimento, a nível mundial, da concepção neoliberal que defende a retirada do Estado da atividade econômica e a internacionali-



Aldo: "Em pouco tempo, ficará nítido que o plano preserva os monopólios, enquanto condena o povo à pobreza"

zação da economia como caminho para sua modernização.

Países desenvolvidos pregam livre comércio, mas fecham suas fronteiras

Esse ponto de vista que é defendido em relação aos países dominados não é adotado dentro dos países altamente desenvolvidos. Nos Estados Unidos, por exemplo, George Bush decretou a extensão para mais 30 meses da restrição da importação do aço pelos Estados Unidos, com objetivo de proteger a siderurgia norte-americana. Lá existe o "Buying American Act", que só permite ao governo adquirir produtos não produzidos no país se não houver similar produzido por eles mesmos.

O Japão não permite a instalação de indústria farmacêutica estrangeira no país, a não ser como sócio minoritário e com obrigações severas de transferência de tecnologia. Isso num país em que somente 4% da economia é ocupada por multinacionais estrangeiras.

Afastar o Estado, e dar liberdade total à ação dos monopólios

A questão da internacionalização da economia está articulada com o problema da redefinição do papel do Estado. Na verdade, apesar do Estado ter favorecido o grande capital privado nacional e estrangeiro, o seu crescimento em setores importantes da atividade econômica termina por criar obstáculos a um controle maior da economia pelo grande capital nacional e estrangeiro.

Dizer que o caminho da modernização da sociedade brasileira passa pela abertura do país aos capitais estrangeiros é absolutamente falso. Na verdade, desde o golpe militar de 1964 o Brasil abriu as portas do capital estrangeiro. No entanto, essa abertura ao capital estrangeiro não significou um desenvolvimento tecnológico no Brasil. Significou, isto sim, a importação das chamadas caixas-pretas ou os pacotes tecnológicos, em que o país na verdade não incorporava de fato tecnologia exter-

na e nem desenvolve tecnologia própria.

Não dizem que a riqueza do primeiro mundo é fruto de nossa miséria

Na realidade, o que está em curso é uma concepção que procura desenhar o sistema capitalista, do chamado livre mercado, como verdadeiro paraíso na terra. Procura-se escamotear que o objetivo fundamental do capitalista é o lucro e que para isso ele explora os trabalhadores. E mais: procura-se escamotear a relação entre os países dominantes e dominados e tenta-se apresentar o grande capitalista estrangeiro como um agente da "fraternidade universal" e do desenvolvimento dos povos. Quando na verdade a realidade é completamente outra. Os países altamente desenvolvidos conseguem o seu padrão de desenvolvimento à custa da exploração dos países dependentes e da compra aviltante de suas matérias-primas, da dominação financeira, da transferência de recursos dos países

dominados para os países exploradores.

Como já foi dito, o novo programa econômico sensibiliza a curto prazo segmentos da sociedade por combater a inflação. No entanto, o caminho que ele adotou de combate à inflação às custas do emprego e do salário fará com que em pouco tempo a maioria do povo terá visão clara do significado deste projeto. Isto ficará ainda mais evidente na medida em que o patrimônio público estiver sendo vendido a preço de banana para as empresas multinacionais. Na medida em que o povo tomar consciência de que este governo, que alardeou seu combate aos "grandes", não suspendeu o pagamento da ilegítima dívida externa, para ficar bem com o FMI e os banqueiros internacionais.

Tendência nítida ao autoritarismo, com um tempero fascista

Toda essa política que vem sendo adotada pelo governo Collor está sendo colocada em prática de uma forma autoritária. Seja pela própria utilização do instrumento das Medidas Provisórias, desde a Constituinte criticado e combatido pelo PCdoB como uma mera maquiagem do antigo e famigerado decreto-lei, seja pela edição de medidas provisórias abertas e flagrantemente inconstitucionais, passando por cima, de forma descarada, da Lei maior do país.

Ao criticar o caráter antinacional e antipopular do pacote Collor e alertar para os riscos de recessão, arrocho salarial e desnacionalização da economia que ele contém, o Partido Comunista do Brasil reafirma sua disposição de continuar lutando em defesa da nacionalidade ameaçada e dos direitos dos trabalhadores brasileiros. Essa luta, no entanto, não pode ficar restrita ao campo parlamentar. Mais do que nunca é necessária a organização de um amplo processo de mobilização popular, através dos partidos políticos, das entidades sindicais, estudantis e comunitárias, que seja capaz de criar um poderoso movimento de oposição popular ao governo Collor. Só essa oposição, respaldada nas ruas pela mobilização do povo, será capaz de defender a soberania nacional e afastar a ameaça de fascistização e de retrocesso político presente de forma clara e aguda nos primeiros e preocupantes passos do governo de Fernando Collor."

“O plano é recessivo e visa unificar burguesia”

Marta Regina Maia*

Durval de Carvalho é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas-SP e 1.º tesoureiro da direção nacional da CUT. Em depoimento à Classe, ele opina sobre a recessão econômica, as perdas salariais dos trabalhadores e a importância da unidade da CSC com a CUT.

Sobre o Plano Collor - “Penso que não é um plano para o momento. É uma tentativa de transformá-lo num plano estratégico, ou seja, Collor busca cativeiro político para convencer a sociedade brasileira de que o projeto neoliberal

é o mais interessante para o país. Ele quer que o movimento sindical combativo colabore para que o projeto do governo seja levado em curso, fazendo com que os sindicatos sejam - embora não explicitamente como à época de Getúlio Vargas - parceiros, uma espécie de colaboradores de sua política. E essa política é de redimensionamento da indústria, colocando-a num patamar superior do desenvolvimento capitalista. Querem que o Brasil esteja capacitado para se credenciar à concorrência com os grandes blocos econômicos internacionais, tanto na área tecnológica como na de produção industrial. Além disso, tramam reforçar a cadeia internacional de luta ideológica-cultural contra a esquerda no mundo.

Diante disto, a nosso ver, o Brasil, com a vitória de Collor de Mello, passa a ser um elemento importante da formação dos

valores burgueses na região latino-americana. Portanto, isto está em jogo e o plano econômico visa dar fôlego a esta equipe que chegou ao poder para hegemônizar as classes dominantes brasileiras nos diversos segmentos da indústria, da agropecuária, do sistema financeiro, comercial etc.”



Durval: “Perda econômica e arrocho injustificáveis”

Sobre o efeito recessivo - “Acho que a resposta do movimento operário tem que ser global, não só uma resposta econômica, não só uma resposta de denúncias das perdas salariais. Nossa categoria, só para ilustrar, perdeu a inflação de março, que foi de 84,32%. Além disso, tivemos perda de 24%, já que o governo diz que a inflação é zero e o Dieese detectou uma inflação de 24%. Então, a perda econômica, o arrocho, são grandes sem dúvida. Está em andamento uma recessão que pode inclusive chegar a um processo de depressão econômica, paralyzando a economia, trazendo o caos geral.

A proposta de redução da jornada de trabalho e do salário é totalmente injustificável. Novamente se quer colocar os trabalhadores como pagadores da crise. Vamos ter uma situação onde os brasileiros, que têm os menores salários do mundo, ainda

vão ter que se submeter a uma redução salarial. Na prática, estará sendo desqualificado o valor da nossa mão-de-obra.”

Sobre a unidade sindical - “Quando surgiu a proposta oficial dos companheiros da Corrente Sindical Classista (CSC) de abrir um debate com a CUT, nós

iniciamos a discussão na executiva e foi consenso naquele momento que a incorporação orgânica da CSC na Central Única dos Trabalhadores seria de fundamental importância, tendo em vista que a Corrente representa uma parcela expressiva do movimento sindical combativo, tanto do campo como da cidade. Avaliamos que a incorporação desse setor à CUT produz o crescimento quantitativo combinado ao qualitativo, na medida em que os companheiros da CSC têm uma maneira própria de pensar o sindicalismo, trazem um método próprio de trabalho.

Há diferenças de opiniões entre CSC e CUT, mas isso é positivo e salutar porque possibilita o debate, a reflexão, a análise de elementos novos, de um enfoque diferente da luta do movimento operário e da construção da Central Única. Eu, pessoalmente, tenho um balanço positivo desta incorporação. A CSC traz para dentro da CUT uma força extraordinária, política e ideológica.

* Colaboradora da Classe em Campinas - SP

QUESTÃO DE ORDEM

Hora de luta e não de conciliação

Ronald Freitas*

À medida que os dias passam, vai ficando claro para os trabalhadores assalariados e o povo, o real conteúdo do Plano Collor. Arrocho salarial, desemprego, recessão. Segundo pesquisa do Dieese/Seade, em março foram demitidos 97 mil trabalhadores, e é de 754 mil o número total de desempregados na grande São Paulo. A construção civil já demitiu mais de 200 mil trabalhadores só no Rio de Janeiro. No conjunto do país o desemprego já atinge mais de 1 milhão de pessoas.

Recessão, desemprego, redução salarial etc..., são as conseqüências imediatas e diretas do Plano Collor sobre a massa de trabalhadores assalariados de nosso país. Representam os mecanismos que o governo e o patronato utilizam para transferir aos trabalhadores o ônus do combate à inflação e da tentativa de superação da crise econômica. Trazem à luz do dia a verdadeira essência do tal “Brasil Novo” do Sr. Collor de Mello, o mesmo Brasil Velho da exploração brutal, pelo capital nacional ou estrangeiro, industrial ou agrário, da classe operária, do campesinato e do povo em geral. O Brasil Velho, das novas elites econômicas, que sustentam esse deslumbrado “Marajá Voador”, que substitui o tapete da lenda pelo realismo dos jatos F-5 pagos pelo nosso bolso.

Reduzir os salários ou demitir é a nova palavra de ordem que corre entre os patrões por todo o país. Isso coloca os trabalhadores numa dura opção de perder uma parte ou 100% do seu salário. É necessário ter sensibilidade diante desse quadro e buscar saídas que levem em conta os interesses imediatos dos trabalhadores, mas ao movimento sindical e às forças progressistas compete lutar contra a recessão e a política patronal de arrocho e desemprego, e não conciliar com os patrões e o governo.

Não aos conchavos

Não será em conchavos com entidades patronais como Fiesp e outras, que iremos encontrar o caminho dessa luta, de acordo com os interesses imediatos e futuros dos trabalhadores, do povo e da nação.

Para o governo e os patrões, a luta anti-recessiva é aquela que exige a cooperação operário-sindical para seus problemas de caixa, de liquidez. Para o movimento operário, a luta anti-recessiva é aquela que mobiliza o movimento sindical, os setores democráticos e nacionalistas contra o saque da nação através da dívida externa, defendendo a suspensão imediata do seu pagamento. É aquela que defende uma política econômica voltada para um desenvolvimento independente e auto-sustentado, socialmente justo, distributivista e não concentrador de riquezas.

O movimento sindical, para sair vitorioso dessa batalha contra a recessão, o arrocho salarial e o desemprego, terá que agir solidariamente, participando em conjunto com os demais setores atingidos pela crise de movimentos que objetivem superá-la. Terá que elevar seu nível de organização na fábrica e demais locais de trabalho. Terá que lutar por uma nova ordem política-econômica e social que garanta o emprego, salário suficiente para atender as necessidades do trabalhador e elevar o seu nível de vida, e de fortalecer um desenvolvimento econômico contínuo e independente para o país.

A histórica batalha

Nesta luta, é necessário que o movimento sindical use suas estruturas técnicas para realizar um criterioso acompanhamento do índice do custo de vida do trabalhador, da inflação geral da economia, do desemprego, do envio ilegal de divisas do país através das “operações contábeis” de supra e sub-faturamento, etc..., e com isso dar elementos à luta operária e popular contra o plano antinacional e antipopular do “Marajá Voador”.

O movimento sindical não é escritório de contabilidade do patronato. Não nos compete analisar os balanços das empresas para constatar sua eventual liquidez. É por demais sabido que demonstrações contábeis são instrumentos extremamente fáceis de manuseio por parte de empresas para esconder lucros e apresentar prejuízos quando lhes interessa.

Hoje fala-se muito em modernidade, e que o plano Collor terá condão de nos modernizar. A modernidade da luta operária significa a sua decidida e histórica batalha contra a exploração patronal sob qualquer situação. Nas condições atuais, ser moderno do ponto de vista operário, classista, é continuar nas novas situações de desenvolvimento, concentração e internacionalização do capital a batalha contra esse sistema. É não cair no “Conto Moderno” que a luta de classes foi derrotada, de que o socialismo é inviável e de que o capitalismo é invencível. É não aceitar as orientações que substituem a luta contra o capital e o patronato pela conciliação.

* da direção nacional do PCoB
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Bancários contra o arrocho

Odair "Faisca" Soares *

Esdras Martins

No dia 21, sábado, cerca de 800 bancários de várias regiões do Brasil estiveram reunidos em São Paulo para mais um encontro nacional da categoria. O objetivo era discutir o quadro atual da categoria que devido ao Plano Collor teve o salário ainda mais arrojado e ameaçado seu emprego. A extenuante jornada de trabalho, sem receber todas as horas extras trabalhadas, obriga, aos que estudam, a abandonar a escola devido ao horário de atendimento. Sofrem também enorme pressão da clientela que tem ficado horas e horas na fila para ser atendida.

Os bancários aprovaram um cronograma de lutas que tem por meta a mobilização das bases e a preparação da greve da categoria a ser decidida no próximo encontro que se realizará na cidade do Rio de Janeiro em 12 de maio. Definiram também suas reivindicações:

- Reposição das perdas: pagamento do IPC de março (84,32%); reajuste mensal pela inflação real;
- Estabilidade no emprego: não aceitar as demissões;
- Em defesa do patrimônio público;
- Em defesa da democracia.

A mobilização da categoria não tem sido fácil, pois os bancários, bem como os demais trabalhadores, estão perplexos e confusos em relação ao pacote. Isto se deve ao intenso bombardeio dos meios de comunicação em defesa do plano, bem como pela vacilação de algumas direções sindicais tidas como combativas, que bem pouco fazem para mobilizar a categoria, por falta de clareza ou por achar bom parte do pacote sem analisá-lo como um todo.

Existem duas abordagens nocivas ao movimento, ambas de origem economicista e que conduzem ao reformismo. Uma de direita que vê o pacote como inevitável, correto no combate a inflação e que deve ser apoiado parcialmente, refletindo uma postura dúbia e imobilista, que tende a levar a luta "com a barriga" até setembro, quando então afirmam - estariam dadas as condições para a mobilização. A outra que se reivindica de esquerda, procura a ampliação da luta em cima somente de bandeiras econômicas como o arrocho salarial e desemprego, afirmando que a reversão do quadro de mobilização nacional se reverterá com a marcação da data de greve. Mas a categoria, percebendo os equívocos, rechaçou unitariamente



O encontro foi decisivo para despertar a categoria. O primeiro passo é desmascarar a política dos banqueiros e do governo. as duas posições.

Classistas da CUT presentes

Uma corrente que vem se afirmando a nível nacional na categoria é a Corrente Sindical Classista. Esta corrente se fez presente no encontro trazendo uma faixa com os dizeres: "Contra o arrocho e a recessão, abaixo o Plano Collor" e panfletos com o mesmo teor. Além disso, a CSC decidiu, em reunião após o encontro, ampliar sua articulação até a próxima plenária no Rio e continuar trabalhando nas bases, reforçando as atividades do cronograma aprovado em São Paulo, em defesa do movimento e da greve da categoria a ser definida.

Foi importante a participação dos classistas em plenário. Vindos de vários cantos do país, alguns dirigentes sindicais, outros ativistas, buscaram a politização dos embates de classe, defendendo a união e a mobilização. Exemplos neste sentido não faltam, a começar pela homenagem prestada pelo presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Álvaro Gomes, ao grande dirigente da Revolução Russa de 1917, Vladimir I. Lê-

nin, responsável pela primeira grande derrota do capitalismo ao implantar o primeiro Estado Socialista no mundo, dirigido pelo proletariado.

Outro momento importante foi a proposta feita por Álvaro Gomes da necessidade da executiva nacional procurar outras categorias, objetivando a unificação e ampliação da luta, no que foi aceito e aprovado pelo encontro. Neste sentido, ou-

Querem acabar com o Baneb

O Banco do Estado da Bahia teve recentemente 85 agências fechadas no interior do Estado. A justificativa para o fechamento das agências do Baneb - de que seriam deficitárias - é uma mentira. Na verdade, a decisão faz parte da estratégia montada pelo Banco Mundial para uma ampla reforma no setor financeiro do país. A denúncia foi feita no Encontro Nacional dos Bancários (vide matéria ao lado), pelo presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Álvaro Gomes, e fundamentada por documento, de autoria atribuída ao *The World Bank*, onde para justificar um "empréstimo de ajustamento do setor finance-

iro" ao Brasil, é exigida, entre outras coisas, "a reestruturação do sistema bancário estadual, mediante liquidação ou privatização dos bancos estaduais..."

Além do documento, o dirigente sindical apresentou uma xerocópia de uma ordem de saque no valor de Cr\$ 120,00, assinada pelo "chefe de grupo" de uma das agências, Luiz Gonzaga Nunes, onde consta na discriminação a justificativa de que seria o referido valor destinado à "aquisição de quatro jornais 'A Tarde' para enviar recorte sobre fechamento de agências do BANEBA a banqueiros no exterior" (vide fac-símile). É um indício, ao que tudo

indica, de ter sido a medida adotada em cumprimento das determinações do Banco Mundial. Os recortes enviados serviriam de provas do andamento do acordo.

Álvaro Gomes afirma que foi feito um levantamento detalhado sobre a situação financeira de 14 das 85 agências fechadas. Destas somente três teriam dado prejuízo no último balanço, as outras seriam comprovadamente lucrativas. Juntando-se as peças, estaria armado o quebra-cabeças do fechamento das agências que, segundo Álvaro Gomes, é o primeiro passo para a exigida liquidação ou privatização dos bancos estaduais. A Bahia saiu na frente.

dos salários, empregos e da soberania nacional. A principal tarefa dos sindicalistas progressistas e de esquerda é politizar os trabalhadores, rompendo com o corporativismo."

tro dirigente classista, Reginaldo, do Sindicato de Alagoas, afirmou: "Uma coisa é certa: a categoria está descontente com a situação. Cabe aos dirigentes sindicais não medir esforços na conscientização e mobilização dos bancários contra este plano entreguista, procurando ampliar seu alcance para o conjunto dos trabalhadores, reeditando mobilizações conjuntas e a greve geral em defesa

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
* Colaborador da Classe em SP

POR DENTRO DO PCdoB

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Não esquecer a arte da política

Rogério Lustosa*

A revolução é um processo automático? Alguns se comportam como se as contradições do capitalismo, mecanicamente, levassem à sua substituição pelo socialismo. Esquecem-se que os processos de transformação social passam pela consciência dos homens. As idéias socialistas são assimiladas pelas grandes massas através da prática política. O povo eleva seus conhecimentos pela experiência da luta de classes, orientado pela política marxista-leninista.

Saídas burguesas

O que acontece no mundo, e no Brasil, ilustra bem isto. Por todo lado o sistema burguês espalha degeneração. Provoca acelerada deterioração das condições de vida das massas. Mas, concretamente, a revolução não bate às portas. Pelo contrário, assistimos a um recuo do movimento revolucionário e a uma ofensiva do capital - em particular com a ruína dos regimes burocráticos no Leste europeu.

Em falta das soluções radicais que o proletariado necessita, a burguesia forja as suas saídas. A monopolização do capital eleva-se a um novo patamar. As grandes potências encontram, temporariamente, pontos de entendimento, arrefecem as áreas de confronto, avançam sobre as fronteiras nacionais. Avançam para um sistema de dominação mundial onde os chamados Sete Grandes controlam tudo.

Forma e conteúdo

No Brasil esta realidade se chama Fernando Collor. Aproveita-se da relativa passividade das forças populares - em boa parte por responsabilidade dos petistas que não sabem, ou temem, tirar conseqüências da batalha da Frente Brasil Popular - para afundar ainda mais nosso país na subordinação ao capital internacional.

Nesta maré de direita, encontramos revolucionários presos a esquemas fossilizados. Pretendem retomar a ofensiva pela simples afirmação de princípios gerais, esperando o fracasso do outro lado. Temem fazer política e, concretamente, ampliar o leque de alianças com forças democráticas, imaginando que isto seria "um recuo".

Não percebem que é preciso acumular forças e encontrar formas de barrar o avanço collorido. Inicialmente talvez com medidas de pouco vulto, que o povo entende, e marchando junto com setores pouco conseqüentes. Visando, na prática, a retomada do movimento de massas.

Certas coligações eleitorais que, na forma, podem parecer atrasadas, ao somar forças, podem conter já um novo conteúdo de luta.

Arte de lutar

Nunca é de mais lembrar a campanha de Tancredo - conservador e conciliador - permitiu ao movimento popular prosseguir a luta contra a ditadura. Que nos primeiros passos do regime soviético, Lênin conduziu a paz em Brest-Litovsk - em condições aviltantes como ele mesmo declarou - para permitir ao jovem sistema socialista acumular forças para retomar adiante o espaço perdido.

E que neste dois exemplos, como em tantos outros, só foi possível encontrar a solução acertada para os trabalhadores através de um acirrado combate contra as concepções estreitas e esquerdistas da pequena burguesia, histórica e artificialmente radicalizada.

Enquanto Collor aproveita-se de sua superioridade momentânea para arrotar prepotência com o seu lema "vencer ou vencer", os esquerdistas ou caem na prostração, e capitulam, ou desesperam-se no isolamento pregando "morrer com garra". Os trabalhadores precisam é de saber lutar e somar forças para vencer.

*da direção nacional do PCdoB

Há 65 anos A Classe Operária é o órgão central do PCdoB

Neste 1º de Maio o jornal *A Classe Operária* completa 65 anos de existência. Desde sua fundação caracteriza-se como *órgão central do Partido Comunista do Brasil*, sentinela vigilante dos interesses dos trabalhadores, inconciliável com a burguesia e o imperialismo, combatente ativo contra a opressão e a exploração capitalistas, porta-voz do socialismo científico, ideologia invencível do proletariado.

Durante seis décadas e meia o jornal dos comunistas confundiu-se com a própria história do partido e da classe que lhe deram origem. Deu publicidade às idéias transformadoras, propagandeou a luta pela emancipação social, pregou a independência nacional, agitou a bandeira da reforma agrária e empenhou-se em todas as grandes campanhas nacionais, democráticas e populares, ao longo de todos esses anos.

Por isso mesmo, a *Classe* sempre foi alvo da perseguição dos organismos repressivos das classes dominantes brasileiras. No mesmo ano em que foi fundado, o jornal foi fechado pelo governo, voltando a circular 3 anos depois, em 1º de maio de 1928. Durante muito tempo, o jornal foi redigido e impresso nas condições da mais rigorosa clandestinidade. Nos anos negros do Estado Novo, em que imperava o terror oficial, a *Classe* não deu tréguas aos fascistas e constituiu-se numa trincheira avançada da luta democrática.

O jornal só voltou a circular abertamente em 1945, quando o PCdoB foi legalizado. Mas continuou enfrentando repetidas violências por parte do governo, até voltar à clandestinidade, em 1949, após a cassação do registro legal do PCdoB. Depois disso, apenas alguns hiatos de existência livre.

Em 1962, a *Classe* aparece como instrumento da reorganização do Partido Comunista do Brasil após a investida liquidacionista dos revisionistas capitaneados por Prestes. Embora o Partido não tivesse existência legal, a *Classe* circulava abertamente, inclusive nas bancas.

No período do golpe militar circulou ininterruptamente, sempre na mais rigorosa clandestinidade. Combateu o regime dos generais, fez eco às campanhas democráticas pela anistia, pela Constituinte, pela revogação dos atos e leis de exceção, por eleições diretas. Conclamou os brasileiros à unidade democrática e popular.

Ultimamente, na legalidade, circulando com o novo formato e nova feição gráfica, a *Classe* mantém seu caráter de órgão central do PCdoB



Um projeto em execução

A nova feição gráfica que a *Classe* assumiu a partir do último número faz parte de um projeto que não chegou ainda à fase conclusiva de sua execução. Um projeto gráfico de jornal não se implanta sem demarches, pois ainda que bem concebido, enfrenta dificuldades de natureza humana e técnica. É o caso do nosso. O artista plástico e publicitário Carlinio F. Teixeira, autor do projeto, opina que, "devido a não observância na fotocomposição da tipologia indicada, a edição que inaugurou o novo projeto gráfico, saiu sem uniformidade". Carlinio considera também que algumas páginas em particular, como a 13, para citar um exemplo, "ficaram com a diagramação despadronizada" (4 colunas de tamanhos diferentes). Houve ainda dificuldades na uniformização dos títulos, legendas, intertítulos e créditos, além do uso excessivo de brancos nas colunas assinadas.

A redação da *Classe* detecta as falhas e está empenhada em sua superação. Alguns problemas dizem respeito à diagramação e outros à adequação técnica da fotocomposição às exigências editoriais e de padronização gráfica do projeto.

O objetivo da redação é oferecer aos leitores um jornal graficamente sintonizado com as atuais exigências estéticas. Está aberta às críticas e sugestões.

como instrumento indispensável para a aplicação da linha política ideológica e das diretrizes do Comitê Central.

Na campanha da Frente Brasil Popular dedicou amplo espaço à luta do povo brasileiro pela eleição do candidato das forças progressistas à Presidência da República.

Ao completar 65 anos, reafirmamos o compromisso expresso no Editorial do n.º 1 da atual fase (agosto de 1988): "Jornal operário de massas, *A Classe* será a contundente denunciadora do capitalismo e de

seus sustentáculos, de seus aproveitadores e apaniguados. Seremos o incansável incentivador das lutas políticas e sociais dos trabalhadores e do povo brasileiro e em primeiro lugar da classe que nos dá origem - o proletariado".

ERRATA

Por lamentável erro gráfico a edição passada saiu como n.º 34, quando o correto é n.º 40

Partido e entidade, unidade necessária

Dynéas Aguiar *

Em artigos anteriores foi reafirmada uma idéia básica para os comunistas: a de que a força do Partido reside nos laços permanentes e estreitos que mantiver com as massas. Nesse artigo analisaremos situações concretas, extraídas da vida. Não citaremos entidades especificamente, uma vez que os fatos abordados são comuns a várias delas.

É em nossa atuação nas entidades de massas que demonstramos na prática o grau de assimilação que temos desse conceito de ação política.

Se nossa presença e atuação nas entidades é diretamente proporcional ao grau de implantação do Partido entre as massas na base, precisamos, periodicamente, realizar uma análise aprofundada de como encontra-se essa relação entre a nossa atuação nas diretorias das entidades com a organização do Partido na base.

Em ativos sindicais, do movimento estudantil, ou da frente comunitária sempre é debatida a necessidade de melhorar nossa relação entre a ação das diretorias das entidades e a organização de base do Partido.

Comumente, quando os comunistas são eleitos para as diretorias das entidades, essa eleição deve-se à liderança conquistada pela combatividade, arrojo e consequência da sua atuação junto à massa.

Igualmente tem influência e peso significativo o prestígio político do Partido e a confiança crescente das massas no PCdoB.

Essa vitória, dependendo do grau de importância da entidade, amplia a possibilidade da intervenção do Partido tanto no movimento de massas como na ação política em geral. Mas traz concomitantemente, maior responsabilidade quer para os diretores eleitos, como para os militantes e, em particular, para os dirigentes locais do Partido.

Esse fato coloca num patamar superior a necessidade da consolidação e ampliação da organização das bases do Partido nesse setor específico. Se, ao contrário, não planejarmos a construção do Partido embaixo, os comunistas com cargos nas diretorias ficam sem uma sólida sustentação de massas para cumprirem seus mandatos.

Persistindo essa situação ao longo do tempo do mandato, chegando as próximas eleições, para mantermos as mesmas posições na diretoria, ficamos na dependência de termos êxito no enfrentamento das "manobras" e jogadas de nossos aliados ou dos adversários.

O método correto

Enquanto conquistamos vitórias nas eleições das entidades, mesmo quando são precárias, por pequenas diferenças de votos, somos induzidos a considerar com realce o positivo. Os aspectos negativos são em geral indicados mas nem sempre aponta-se o método

eficaz para superá-los. Quando advém a derrota muitas vezes buscamos suas causas apenas nos marcos da atividade exclusivamente corporativa. Nesses casos chegamos a detectar fatores que podem, em parte, explicar o insucesso: erros no encaminhamento das alianças com as outras forças, falta de recursos materiais e humanos, manobras sujas das chapas concorrentes na campanha e, principalmente, na boca da urna etc.

Indiscutivelmente os fatores objetivos adversos contribuem para a derrota numa campanha eleitoral ou nas lutas econômicas e sociais. Um dos aspectos fundamentais do processo da luta de classes está justamente no grau de organização, conscientização e mobilização das massas. Quando isso ocorre

de forma espontânea, o movimento em si pode tomar as mais variadas direções e comportamentos divergentes, às vezes mesmo contraditórios.

O que introduz de forma correta e conseqüente a consciência mais avançada, revolucionária, no movimento de massas são as organizações dos comunistas. Ora, se durante o período em que nossos camaradas exercem seu mandato não existir um correto tratamento por parte dos dirigentes do Partido visando reforçar, por cima e por baixo, a sua atividade na entidade, o mais provável será que ocorra a perda de espaço conquistado.

Já abordamos em artigos anteriores que é falsa e estéril a controvérsia sobre o que é mais importante: eleger diretores para as entidades ou construir

o Partido pela base. Ambas são importantes e necessárias. Cada qual cumpre papel e funções específicas que não são contraditórias mas sim complementares.

Sem influência nas entidades de massas o Partido terá dificuldades para ampliar e consolidar suas organizações de base. Mas, sem construir um forte e amplo Partido nas empresas, locais de estudo e moradia, pouco ou quase nada sobrar de duradouro para a luta da classe operária visando a conquista do poder político.

Devemos igualmente acabar com outra falsa controvérsia: dirigentes do partido que criticam os diretores das entidades porque não recrutam e esses diretores criticando os dirigentes do Partido porque não constroem as bases para sustentar e ampliar a sua atividade

de. Nesses casos ambos têm parcelas de acertos e erros, cada qual deve complementarmente esforçar-se para construir o Partido e garantir as condições do exercício de um bom mandato.

Algumas medidas poderão ser tomadas para garantir a ampliação de nossa intervenção nas entidades e o fortalecimento de nossa estrutura partidária.

Reforçar o Partido

Os comitês municipais e distritais, ao planificar a consolidação e ampliação das organizações de base devem ter como prioritários os locais em que o Partido tem influência ou a direção das entidades de massa.

Ao ocorrer a situação em que todos os camaradas que temos numa categoria ou setor forem eleitos para as diretorias de entidades de massas, a secretaria de organização deve fazer, junto com esses camaradas, um plano específico para a construção de organizações de bases a partir das empresas ou locais de estudo ou moradia a que pertençam e, em seguida, para as demais empresas ou locais.

O camarada eleito para a diretoria de uma entidade de massas não se desliga da organização de base em que milita. Se o cargo na entidade for de executivo não deve acumular responsabilidade de direção na organização de base.

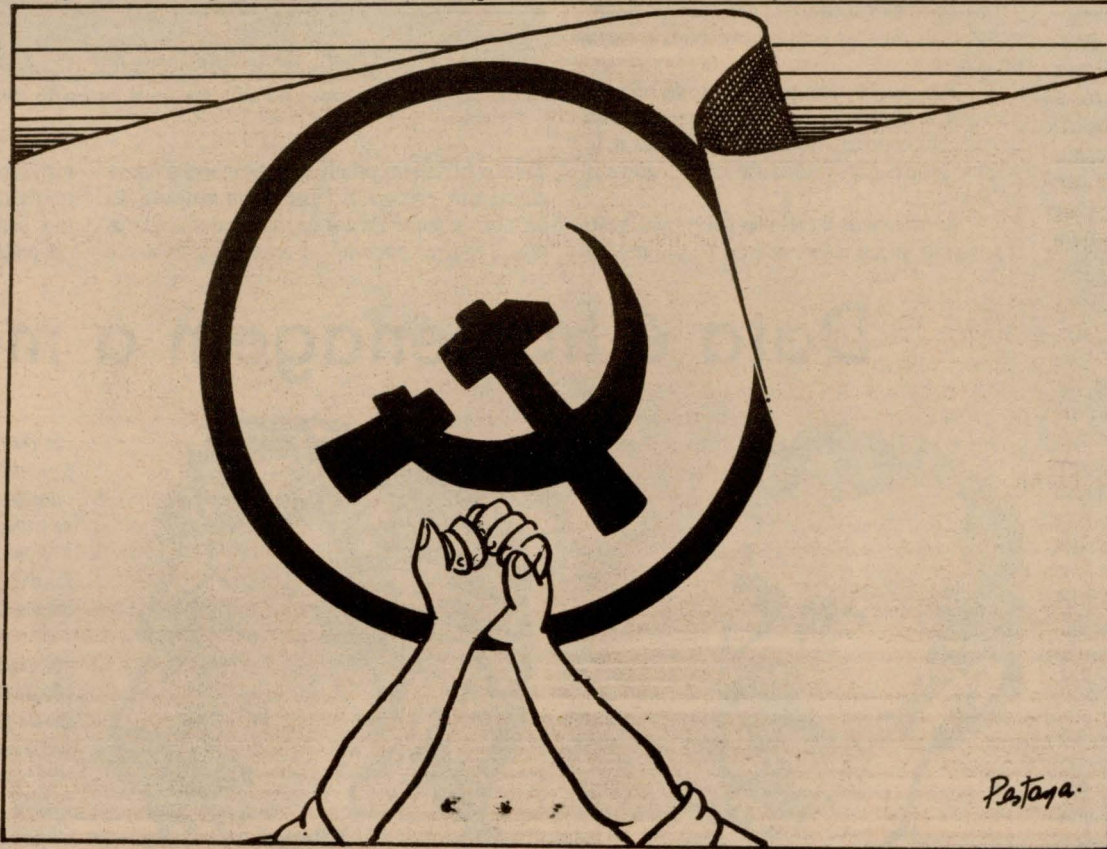
Entrosar o mandato

Os camaradas eleitos para as diretorias das entidades obrigatoriamente farão parte da fração dessa entidade. A fração deve prestar contas regularmente de sua atividade não só à direção do Partido como igualmente às bases da categoria ou setor a que pertença.

A fração deve ter informação constante sobre o processo de construção do Partido nas empresas e locais correspondentes à entidade respectiva. Essa informação deve objetivar o entrosamento da atividade dos camaradas da fração com a construção partidária.

O camarada diretor de entidade não deve perder a sua identidade comunista. Sem envolver a entidade que dirige, como membro do Partido precisa manter seus laços partidários com a massa. Para tal, pode realizar palestras, conferências, debates sobre temas políticos, ideológicos, históricos etc.

Estas indicações não esgotam as formas necessárias para garantirem um melhor entrosamento entre a nossa atividade na direção das entidades e a construção de um amplo, combativo e aguerrido partido nas bases. Da própria vida, esforçando-se para superar as dificuldades é que aprimoraremos nossos métodos.



Ativos de organização

O Comitê Central do PCdoB, através de sua secretaria nacional de organização, realizou em duas etapas um ativo nacional de organização, com o objetivo de dar um balanço e fazer controle da campanha de recrutamento em curso.

A primeira etapa reuniu em São Paulo, dias 31 de março e 1º de abril os Comitês Regionais dos Estados do Sul-Sudeste. Dias 7 e 8 de abril se reuniram simultaneamente em Brasília, Maceió e Fortaleza, os Comitês Regionais do Centro-Norte e Nordeste.

O ativo discutiu a situação política do país e a perspectiva eleitoral dos comunistas; questões políticas e ideológicas do Partido e a campanha de filiação.

O processo de discussão permitiu aprofundamento crítico e autocrítico no que diz respeito à métodos de direção, ligação estreita entre direções e organizações de base e entre o Partido e as massas; o princípio da direção coletiva e a responsabilidade individual.

Em ponto especial foi discutida a repercussão no Brasil da atual campanha anticomunista no Leste europeu dos partidos revisionistas.

Por fim, o ativo discutiu profundamente a fase em que se encontra a campanha de recrutamento. Ficou evidenciado o atraso na implementação da campanha, a falta de iniciativa da maioria das Direções Regionais em ter planos de crescimento e formação permanente

do Partido, destacadamente na classe operária, entre assalariados rurais, os camponeses, nas universidades e escolas de nível médio, em especial, as Escolas Técnicas Federais, nos bairros e no movimento popular.

Ficou evidenciado que as direções pouco discutem os textos publicados sobre as questões de organização. Nos ativos debateu-se com profundidade a necessidade de romper com a passividade frente às dificuldades e às idéias incorretas.

No final, replanejando a campanha dos 500 mil membros, o ativo estabeleceu três etapas para a campanha: a primeira até 24 de junho, a segunda até 3 de outubro e a terceira até 30 de novembro.

1.º DE MAIO

Símbolo da luta de classes

O 1.º de Maio deste ano transcorre sob o impasse do Plano Collor. Não há dúvida de que ele desferiu um rude golpe no movimento sindical, deixando-o momentaneamente paralisado, aparentemente sem norte e em certa medida perplexo (como evidenciam algumas propostas exdrúxulas, entre elas a da chamada greve japonesa e conciliação com setores do patronato em apoio a algumas medidas do pacote econômico). O vigor demonstrado por tal movimento nos últimos anos parece ter naufragado, cedendo lugar à prostração, a um impotente defensismo. Será duradoura tal situação?

Não é difícil verificar que a trajetória recente da luta de classes no Brasil, seja no aspecto das reivindicações predominantemente econômicas seja em seus desdobramentos genuinamente políticos, portava uma tendência de radicalização à esquerda, progressista, expressando uma crescente e relativamente veloz conscientização dos assalariados contra o patronato, numa instância, e, cada vez mais, contra os sucessivos governos das classes dominantes. Somam-se na última década grandes campanhas democráticas, greves de envergadura envolvendo milhões de trabalhadores e tudo isto acompanhado do crescimento das forças democráticas e progressistas - de que as últimas e maiores manifestações foram as vitórias da esquerda nas eleições municipais de 1988 e a campanha da Frente Brasil Popular para a presidência no ano passado.

Conscientização

O movimento espontâneo das massas trabalhadoras em busca de melhores condições de vida e salários tendia com força a se entrelaçar com as reivindicações políticas das forças democráticas e progressistas, a experiência temperava as consciências e provia as vanguardas de novos combatentes, forjados nos diferentes combates populares.

Desta forma, observou-se uma sensível elevação da consciência do povo brasileiro. Demandas trabalhistas elementares - como a manutenção do poder aquisitivo dos salários (ou a mera aplicação do princípio constitucional da irredutibilidade dos salários), redução da jornada e outras - encontravam e encontram um obstáculo intransponível dentro dos limites da luta meramente econômica, uma vez que a conjugação das crises conjuntural e estrutural do regime vigente não só impedia e impede o atendimento de tais reivindicações como impõe novos, e pesados, sacrifícios ao povo. Em função disto a união do movimento espontâneo, em torno de bandeiras econômicas imediatas e prementes, com a luta política ganha contornos de uma necessidade objetiva. Assim brota da história: para obter o mínimo de dignidade, no que se relaciona às condições de vida do povo, faz-se mister liquidar o atual regime, conquistar a efetiva independência e soberania nacional, dando um basta à espoliação de que o país é vítima, democratizar a propriedade da terra, promover reformas radicais de caráter democrático e nacional. Em outras palavras, conquistar um novo regime.

A consciência das massas não nasce espontaneamente da própria luta, mas esta, com o caráter que tem assumido no Brasil ultimamente, empurra objetivamente os trabalhadores na direção das idéias progressistas, embora não os liberte imediatamente das mais diversas e contraditórias influências burguesas e pequeno-burguesas.

Plano Collor

Em certa medida, generalizou-se a impressão de que o Plano Collor colocou a perder, de

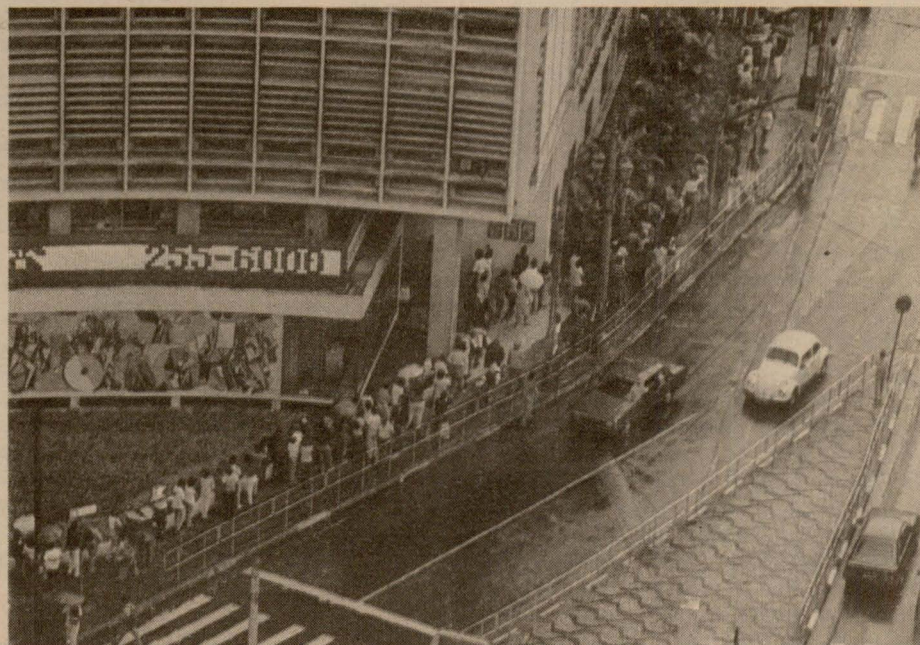
um momento para outro, toda a conscientização acumulada pelos trabalhadores nos últimos anos e, de qualquer forma, demonstrou a fragilidade desta tendência. Tal raciocínio contém parte de verdade, se restringirmos nossa visão ao curto prazo - explica-se por ele um certo abatimento e a razoável confusão que tomou conta de algumas lideranças sindicais.

No entanto, permanecer em seus limites é abstrair, não enxergar ou ignorar, as fortes motivações que empurraram o movimento sindical para a luta ao longo desses anos.

As demandas trabalhistas, com efeito, foram momentaneamente contidas ou congeladas. É preciso que isto seja levado em conta, não se pode ignorar as razões de tal fenômeno (uma falsa mas inegável esperança no novo governo, combinada com a ofensiva ideológica da direita em todo o mundo e ainda a uma recessão que inibe reivindicações salariais e induz à concorrência entre os trabalhadores pelo emprego). É ilusório pensar que o movimento está maduro para proposições mais ousadas como greve geral e outras do gênero.

Isto, porém, não pode servir de pretexto para que se cruzem os braços, se empreenda um movimento conciliatório com o capital ou se levantem proposições exdrúxulas como "greve japonesa".

As exigências levantadas pelos trabalhadores não são apenas justas, mas expressam necessi-



A fila de desempregados em São Paulo. A recessão causa impacto na movimentação sindical

dades materiais irreprimíveis que, embora momentaneamente represadas, não foram apagadas da memória e muito menos da barriga dos assalariados. Tendem, portanto, a retornar com muito

mais força num prazo que depende, principalmente, da capacidade de intervenção, esclarecimento e persuasão do movimento sindical e das forças políticas democráticas e progressistas.

Data é homenagem a mártires



Albert Parson e Augusto Spies, dois dos líderes operários vitimados no ano de 1886 em Chicago



Em dezembro de 1890 a Federação Norte-americana do Trabalho decidiu transformar o 1.º de Maio num dia de luta da classe operária. Em 1891 a Internacional Socialista (II Internacional, fundada em 1889) tomou, em seu congresso de Bruxelas, a resolução de realizar no dia 1.º de Maio "uma demonstração única para os trabalhadores de todos os países, com caráter de afirmação da luta de classes e reivindicação das oito horas de trabalho". Desde então o 1.º de Maio passou a ser considerado o Dia Internacional dos Trabalhadores.

A data foi escolhida em homenagem a oito líderes operários de Chicago (EUA), vitimados pela brutal repressão a uma greve geral pela jornada de oito horas de trabalho ocorrida no dia 1.º de Maio de 1886. São eles: August Spies, Michael Schwab, Oscar Neebe, Adolf Fischer, Louis Lingg, Samuel Fielden, George Engel e Albert Parsons. Quatro deles (Spies, Parsons, Fischer e Engel) foram enforcados na cadeia de Chicago em 11 de novembro de 1887. Louis Lingg morreu na prisão em condições misteriosas e os demais foram condenados a longas penas.

A luta pela conquista da jornada de oito horas foi no século passado uma das principais reivindicações dos trabalhadores norte-americanos e europeus, então submetidos a jornadas extenuantes de até 16 horas diárias. Em meados do século (1850) o movimento pela redução da jornada, que se desenvolvia em ações espontâneas, organiza-se com o surgimento da Liga das Oito Horas, chegando ao auge em 1884, quando a Federação dos Grêmios e União Organizada dos EUA e Canadá, depois transformada na Federação Norte-americana do Trabalho, formulou a proposta de realizar uma greve geral pela redução da jornada de trabalho. A greve ocorreria em 1.º de maio de 1886. O trabalho foi paralisado em todos os Estados americanos, com a ocorrência de manifestações e choques com a polícia. Em Chicago, onde o movimento alcançou grandes proporções, instalou-se um clima de terror, com a implantação do Estado de Sítio, toque de recolher, fechamento de sindicatos, prisão e tortura de lideranças sindicais.

Vitórias acumuladas

Apesar da brutal repressão e da intransigência

cia do patronato, o movimento pela redução da jornada de trabalho, já em 1886, foi parcialmente vitorioso. No final daquele ano, cerca de 1 milhão de trabalhadores já tinham conquistado esse direito e em 1890, no dia 1.º de maio, o Congresso dos Estados Unidos regulamentou a jornada de trabalho em todo o país.

O Dia Internacional dos Trabalhadores surgiu, portanto, sob o signo de uma acesa confrontação de classes. Simboliza a luta dos operários contra a opressão e a exploração capitalistas. Mais de um século depois esse combate se dá em novas condições, em que o capitalismo assumiu caráter monopolista e imperialista e atravessou várias crises. Graças à sua organização, a classe operária conquistou a duras penas direitos sociais e institucionais, amadureceu política e ideologicamente, enriqueceu sua experiência nas diversas formas da luta de classes, fez revoluções e em alguns países, por algum tempo, conquistou o poder político e organizou uma nova sociedade.

Novos desafios

Caminhando por encruzilhadas, em marchas e contra-marchas, a história vai ensinando que o capitalismo é tão perverso e explorador como há um século, acumula cada vez mais riquezas num pólo da sociedade e miséria no outro. A burguesia, para enfrentar a crise, onera os trabalhadores, retira-lhes direitos históricos e, não raro, recorre à repressão quando estes resistem. Na impossibilidade de esmagar o movimento operário, os exploradores apóiam-se nos social-democratas, revisionistas e oportunistas de todo tipo, que indicam o falso caminho da conciliação de classes.

O sacrifício dos mártires de Chicago e a luta heróica encetada pelos trabalhadores no século passado, sempre presentes na memória dos oprimidos e explorados de todo o mundo, constituem fontes inesgotáveis de que somente o combate decidido poderá levar a classe operária a conquistar a sua libertação social.

Comemorações marcantes na história

No Brasil o 1.º de Maio sempre foi comemorado como dia de luta. A primeira vez que a data foi lembrada no Brasil foi em 1894, quando um grupo de operários italianos e brasileiros reuniu-se na rua Líbero Badaró, em São Paulo, para festejá-la. A reunião foi descoberta pela polícia e os operários presos. Em 1895, ocorreu a primeira comemoração com a presença da massa. Foi na cidade portuária de Santos.

Mas foi em 1906, quando surgiu a COB - Confederação Operária do Brasil - que pela primeira vez se comemorou o 1.º de Maio nas ruas.

No Rio de Janeiro e em Porto Alegre ocor-

reram passeatas e em São Paulo um concorrido comício.

Outros Primeiros de Maio ficaram marcados na história do movimento operário brasileiro. Em 1913, a comemoração da data motivou um protesto contra a Lei Adolfo Gordo, que determinava a expulsão de trabalhadores imigrantes. Em 1914, o 1.º de Maio ensejou a realização de manifestações contra a carestia.

Demonstrando espírito internacionalista, os operários brasileiros transformaram as comemorações do 1.º de Maio, em 1915 e 1917, em atos de condenação à 1.ª Guerra imperialista

Mundial. E em 1918 a classe operária do Brasil saudou no Dia Internacional dos Trabalhadores a Revolução Socialista na Rússia e a implantação do regime soviético.

Enfrentando a repressão (no Brasil a questão social sempre foi considerada "caso de polícia") e a demagogia das elites brasileiras, cujos governos sempre organizaram "comemorações" oficiais do 1.º de Maio, com jogos de futebol, "festas cívicas" e premiação de "operários-padrão", os trabalhadores brasileiros nunca deixaram de aproveitar a data para manifestar seu brado de protesto contra a exploração capitalis-

ta e reivindicar liberdades e direitos.

No período da ditadura militar, o 1.º de Maio de 1968 coincidiu com o último dia da greve de Osasco. O então governador do Estado de São Paulo, Abreu Sodré, preparou um comício oficial na Praça da Sé. Foi recebido com vaias e apedrejado pela multidão.

Em 1979, o 1.º de Maio foi festejado com uma das mais vigorosas manifestações operárias da história recente do Brasil.

Mais de 130 mil trabalhadores se reuniram no Estádio da Vila Euclides em São Bernardo do Campo, sob as palavras de ordem "O povo unido jamais será vencido", "Abaixo o arrocho salarial" e "Fora Figueiredo" (o último general-presidente do ciclo do regime militar).

A busca constante da unidade e organização

A burguesia brasileira sempre dificultou a unidade dos trabalhadores e impediu o exercício da plena liberdade sindical. A rigor, através de um aparato de leis, ações policiais e intimidatórias, proibiu a existência de centrais sindicais de âmbito nacional. Desde 1937, a vida sindical no Brasil foi condicionada pelos princípios da *Carta del Lavoro*, a Constituição fascista de Mussolini, que inspirou a legislação trabalhista brasileira. Essa legislação apóia-se na concepção de que os sindicatos são órgãos de conciliação de classes e auxiliares do Estado para promover a paz social.

Repressão e engodo

A primeira organização de âmbito nacional surgiu no país foi a COB - Confederação Operária do Brasil, que a polícia fechou em 1915. Em 1935, apesar da proibição legal, surge a CSUB - Confederação Sindical Unitária, fechada no quadro da repressão ao movimento da Aliança Nacional Libertadora. Em 1943 surge, por iniciativa do Partido Comunista do Brasil, a mais expressiva articulação sindical promovida até então, para se contrapor à estrutura montada pelo Estado Novo. Era o MUT - Movimento Unificador dos Trabalhadores, que lançou a palavra de ordem "Por uma CGT". O movimento conquistaria pleno êxito em 1945, quando é criada a CGTB - Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil. No período pré-golpe de 64, atuava com desenvoltura o CGT - Comando Geral de Trabalhadores, duramente reprimido pelos generais golpistas.

Além da repressão e de seu aparato de leis antioperárias, as classes dominantes, em estreita ligação com o imperialismo, recorreram também à tática do aliciamento e da infiltração, a fim de forjar um sindicalismo colaboracionista e conciliador. Gerações e gerações de "pelegos" foram formadas nas décadas de 40 a 70. Instituições estrangeiras financiadas pelas multinacionais e pela CIA se instalaram no país. Uma delas, o IADESIL - Instituto Americano do Sindicalismo Livre - instalou-se por aqui no começo dos anos 60. Criou uma filial, o ICT - Instituto Cultural do Trabalho, que adestrou dezenas de milhares de sindicalistas em cursos ministrados no Brasil e no exterior.

No período da ditadura militar qualquer iniciativa para criar uma organização sindical independente e de luta, em âmbito nacional, era reprimida como crime contra a segurança do Estado. Isto se combinava com uma parafernália de



Manifestação do Comando Geral dos Trabalhadores no Rio de Janeiro em 1962. Depois o golpe desarticulou o sindicalismo

dispositivos antigreve, codificados na Lei 4.330 de julho de 1964 e dispositivos na Lei de Segurança Nacional, que previam penas de dez a 20 anos de prisão para quem "incitar paralisação de serviços públicos ou essenciais".

Resistência crescente

Apesar da repressão, avolumava-se a resistência dos trabalhadores contra o arrocho salarial que gerou um dos níveis de vida mais baixos do mundo. Inevitavelmente surgiram greves, ensejando uma elevação do grau de consciência e avanços na organização. Já em 1968 ocorreram movimentos grevistas em Contagem (MG) e Osasco (SP), com ocupações de fábricas e outras ações combativas.

Mas o salto qualitativo na organização do movimento operário brasileiro encontra seu marco histórico em 1978, quando eclode na região do ABC paulista um movimento paredista de amplas proporções, envolvendo o setor mais moder-

ado e concentrado do operariado brasileiro - os metalúrgicos.

Daí para a frente pode-se dizer que o surto grevista não foi contido. O ano de 1979 registrou mais de três milhões de trabalhadores paralisados. A ditadura militar reagiu com intervenções em sindicatos e prisão de dirigentes sindicais. Na década de 80, quatro greves gerais foram realizadas, ensinando aos trabalhadores brasileiros novas experiências de luta em formas mais elevadas.

Unidade mais forte

Tudo isso se refletiu no avanço da organização e da unidade dos trabalhadores. Em agosto de 1981, um histórico congresso - a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras - reuniu em Praia Grande (SP) 5.036 delegados representando 1.091 entidades de trabalhadores urbanos e rurais, que deu origem anos depois a duas centrais sindicais - a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores

(CGT). A CUT, malgrado pontos de vista equivocados quanto a vários aspectos da organização operária e sindical, evoluiu como uma central combativa e de luta. É hoje a principal central sindical do país, fortalecida recentemente com o ingresso nas suas fileiras da Corrente Sindical Clássica (CSC), tendência representativa de expressivos setores sindicais e que conduz a luta dos trabalhadores na perspectiva da conquista do socialismo.

A CGT, agora dividida em duas, tomada de assalto pelo sindicalismo de resultados, cujos principais porta-vozes são o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, e o atual Ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, converteu-se em linha auxiliar do governo e desmoraliza-se cada vez mais aos olhos dos trabalhadores.

A luta pela unidade em âmbito nacional do movimento sindical brasileiro permanece na ordem do dia. Baseada numa plataforma de luta, de defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores, o movimento operário tem tudo para vencer mais esse desafio.

Raízes da crise na Lituânia

A burguesia procura apresentar o problema lituano como uma espécie de efeito retardado da incorporação das repúblicas bálticas à URSS em 1940, durante a Segunda Guerra e pouco antes da invasão da União Soviética pela Alemanha nazista. O próprio presidente do Parlamento da Lituânia, Vitautas Landesberguis, faz coro a esta versão que, porém, não encontra correspondência nos fatos históricos, conforme mostra o artigo intitulado "Lituânia: o desastre iminente", publicado pelo jornal "Bandeira Vermelha", órgão central do Partido Comunista (Reconstruído) de Portugal, do qual esta Classe extraiu alguns trechos.

"Vitautas não se coíbe de atropelar a história. Classifica os telegramas trocados entre os responsáveis da diplomacia dos EUA e URSS sobre a situação lituana como 'a atmosfera de 39' e a reedição do pacto germano-soviético.

"Trata-se de uma declaração reacionária, contra a democracia dos povos e de um pérfido anticomunismo. A Lituânia deve à Rússia Socialista de Lênin a sua independência como Estado. Até então viveu submetida durante séculos ao império czarista. Contudo, a Lituânia desde 1918 até 1940 estabeleceu-se como um estado hostil à URSS, com um sistema feudal-burguês dirigido por pró-fascistas que se aliaram ao nazismo. Aliás, esta situação era generalizada ao longo da fronteira ocidental e no Báltico onde uma cintura de estados anticomunistas, dóceis ao nazismo, estendiam a passadeira aos blindados de Hitler.

Tempo de guerra

"A URSS de Stálin, esgotada a possibilidade de aliança com as democracias burguesas ocidentais que viam com simpatia a invasão alemã ao país dos bolcheviques, celebrou o trato de não-agressão com a Alemanha. Esse tratado, que sofreu até vários ajustamentos à medida que os exércitos do III Reich avançavam, conseguiu o retardamento do ataque de Hitler e, em tempo de guerra, a extensão das bases militares da URSS para as repúblicas bálticas, já que Leningrado estava apenas a 30 quilômetros dessa fronteira e Moscou, a capital da União, era também um alvo próximo.

"Cingindo agora à questão da Lituânia, já em 23 de março de 1939



Gorbachev recorre aos militares, repudiados pelos lituanos: a crise não foi criada em 1940, é mais um produto do capitalismo

os nazistas tinham ocupado Memel na Lituânia. O pacto germano-soviético só é assinado cinco meses mais tarde, garantindo os nazistas a não ocupação e concedendo à URSS que a fronteira norte da Lituânia era área vital para a segurança soviética. Isto é, o pacto evitou a invasão imediata da Lituânia!

"Já depois da invasão da Polónia por Hitler em 28/9/39 há um novo protocolo entre a Alemanha e a URSS que reconhecia a esta última que todo o território lituano era área de segurança vital para a União Soviética. Ainda assim, a URSS respeitou a soberania da Lituânia e estabeleceu em outubro de 1939 com a Lituânia (bem como com a Estônia e a Letônia) pactos de amizade e assistência, tratados que permitiam a instalação militar do Exército Vermelho nesses territórios.

Entretanto, a URSS intervém na Finlândia e consegue um alargamento da sua fronteira de defesa militar em 25 quilômetros.

O regime finlandês era aliado de Hitler, preparava a agressão à Rússia (consta dos arquivos secretos alemães a promessa de Hitler de entrega de Leningrado aos finlandeses). Curiosamente, a França e Inglaterra, que dentro do acordo de não-intervenção que tinham celebrado em Munique, não mexeram uma palha contra a invasão nazista da Áustria, Checoslováquia, Polónia e a invasão italiana da Abissínia e dos Balcãs, enviaram tropas de auxílio militar à Finlândia, expulsando a

URSS da Sociedade das Nações.

Recurso vital

"Foi neste quadro de conflagração geral que a URSS, em recurso vital, pressionou as repúblicas bálticas por violação de acordos. E nos exatos termos em que Molotov, ministro dos assuntos estrangeiros da URSS, o colocou ao Soviete Supremo em Moscou: 'Os pactos de assistência mútua que assinamos com a Lituânia, a Letônia e a Estônia não tiveram os resultados desejados. Os dirigentes burgueses destes países eram hostis à União Soviética e o entendimento báltico anti-soviético estendera-se recentemente à Lituânia. Conseqüentemente, e tendo em conta sobretudo a situação internacional, exigimos uma mudança no pessoal dirigente dos estados bálticos e um aumento dos efetivos militares estabelecidos nestes países. Em julho (de 1940) realizaram-se na Lituânia e na Estônia eleições livres e podemos agora notar com satisfação que os povos destes países, levados por uma onda de simpatia, elegeram representantes que unanimemente se pronunciaram a favor da introdução do sistema soviético em cada um dos três países bálticos e da sua incorporação.'

"Assim nasceram as Repúblicas Socialistas Soviéticas Federadas da Lituânia, Estônia e Letônia. A intervenção soviética teve apoio popular e possibilitou a libertação desses povos da

canga fascista e a adesão ao socialismo. Bem diferente seria a situação quando um ano depois o exército nazista invadiu as repúblicas bálticas, massacrando o povo e nomeando dirigentes fantoches. Em 13 de julho de 1944 seria ainda o Exército Vermelho que libertaria Vilna e a Lituânia da barbárie nazista, que deixou atrás de si o extermínio e a destruição atroz. Basta dizer que a Lituânia 12 anos depois da guerra ainda não tinha recuperado a população anterior à ocupação nazista.

"Convém não esquecer que as 'democracias ocidentais', que hoje Vitautas invoca, no mesmo contexto de 39/40/41, tomavam vastos territórios no Oriente Médio e Norte da África, que reduziram a puras colônias sob a lei nacional para conter o expansionismo germânico.

"Um procedimento antagônico ao processo proporcionado pelos soviéticos de autodeterminação dos povos. Convém não esquecer o que Truman, vice-presidente de Roosevelt e futuro presidente dos Estados Unidos da América, que mandara lançar a bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki, disse já depois da invasão da Lituânia: 'se virmos que a Alemanha vence devemos apoiar a Rússia. Se for a Rússia a vencer devemos ajudar a Alemanha'.

"A pretexto do nacionalismo de 1840, o que Vitautas faz e embre-

zar o fascismo e encorajar o neo-nazismo europeu. Foi com a contra-revolução burguesa da era Kruschev na URSS que a nacionalidade lituana começou a ser oprimida com a russificação linguística, com a imposição de dirigentes, com a exportação de colonos russos, com diretivas econômicas e culturais unilaterais que provocaram a estagnação, a crise de penúria e a revolta. Mas Vitautas Landesberguis não levanta o dedo acusador a Kruschev porque foram as suas reformas capitalistas que permitiram o surgimento e a consolidação da direção burguesa da Lituânia que hoje lidera o sentimento nacional.

"O estilhaço das nacionalidades demonstra que o abandono da via socialista por Kruschev, Brejnev e Gorbachev levou à desintegração dum regime muntinacional que tinha a sua alma e força na emancipação dos trabalhadores, no respeito igual pelas tradições particulares de cada nação. A opressão da classe conduziu à opressão nacional, à divisão e às tendências centrífugas. O aprendiz de feiticeiro Gorbachev atingiu o que Hitler jamais conseguiu: o despedaçamento político da URSS. Têm a palavra os militares e o presidente autocrata Gorbachev. Nunca as soluções militares resolveram o que a política não venceu. Os povos querem dispor do seu próprio destino, os trabalhadores aspiram à sociedade sem classes. Na verdade, tudo está a começar.

Gato por lebre

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Os obstáculos à perestroika

No dia 14 de abril o presidente soviético, Mikhail Gorbachev, pretendia anunciar ao seu país e ao mundo um calendário para as radicais reformas que pretende implementar com o objetivo de sepultar de vez o regime revisionista, implantando uma economia de mercado ou um capitalismo aberto, sem máscaras ou resquícios das formas híbridas que ainda caracterizam, em boa medida, a sociedade soviética. Porém recuou, intimidado pela explosiva crise política e a impossibilidade de criar um certo "consenso" em torno das soluções que preconiza. Ao lado disto, fez claras concessões aos chamados "burocratas" do partido revisionista, que se opõem cada vez mais abertamente à "perestroika".

A conduta de Gorbachev revela que o coroamento da obra revisionista na União Soviética (o ato final da restauração capitalista, com o ressurgimento da burguesia e o pleno domínio das leis de mercado) enfrenta sérias dificuldades e não será tão simples e fácil como aparentemente vem sendo na Polônia, Hungria e outros países do Leste europeu.

Consenso impossível

A URSS vive uma situação dramática e miserável, o regime revisionista conduziu a economia à estagnação, à ineficiência, à ociosidade, tendo por

contrapartida o desemprego, criminalidade crescente e a degradação generalizada da vida social. O monstro construído pelos revisionistas é, em variados aspectos, mais patético e cruel que o capitalismo - daí que este surge como uma solução progressista e, contrastando à economia de transição revisionista, de fato não deixa de ser.

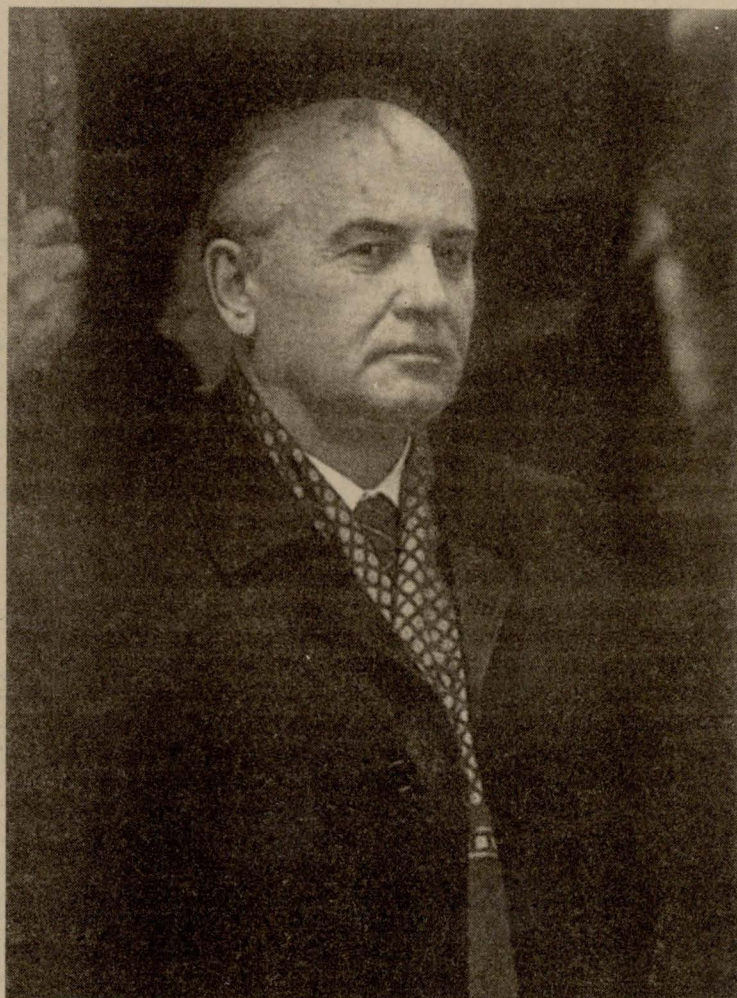
Mas a desgraça das lideranças soviéticas é que se trata de uma troca deplorável. Tampouco o capitalismo de nossa época tem traços de progresso. É como preferir a AIDS à metástase cancerígena. As taxas de crescimento da badalada economia de mercado declinam ano a ano, as crises são mais constantes e duradouras, a inflação tornou-se uma doença crônica, o desemprego cresce assustadoramente. O que se pode esperar de tal sistema?

No entanto, o dilema de curto prazo é ainda maior. Prevê-se que os custos sociais de curto prazo das reformas serão demasiadamente elevados e o povo não parece disposto a pagar, nem reagirá com a católica paciência dos poloneses. Estima-se que o desemprego, no curso da transição, alcançará nada menos do que 20 milhões de pessoas - será o prêmio da privatização em massa (pelo menos 70% das estatais serão entregues aos capitalistas, inclusive e talvez preferencialmente aos estrangeiros) e das falências. Ao lado disto, as reformas no sistema de pre-

ços tendem a provocar uma hiperinflação, enquanto as normas de acumulação capitalista exigirão um arrocho salarial de dimensões comparáveis às de certos países dependentes.

"É a pobreza que nos espera", reconhece o economista Stanislav Shatalin, considerado um ultra-reformista. Já o primeiro-ministro Leonid Abalkin alerta que "sem o necessário consenso social não será possível dar os passos decisivos na direção das reformas". Mas parece ilusão esperar tal consenso. A principal federação sindical soviética já se opôs energicamente contra o desemprego em massa, divulgando um comunicado onde ressalta: "não podemos deixar que desapareça a maior conquista social do Estado socialista - o direito ao trabalho... qualquer precipitação na implementação do mercado sem um mecanismo confiável de proteção social dos trabalhadores levaria nosso despreparado país às profundezas da desintegração social".

Os "reformistas" se irritam com tais pronunciamentos, que consideram "demagógicos" e "preconceituosos", conforme as expressões do principal assessor econômico de Gorbachev, Nikolai Petrakov. O fato, de qualquer modo, é que ainda não está dado se os revisionistas terão ou não tempo de concluir sua inglória tarefa histórica. (U.M.)



Mikhail Gorbachev: entre a cruz revisionista e a espada capitalista

PC do Canadá completou vinte anos

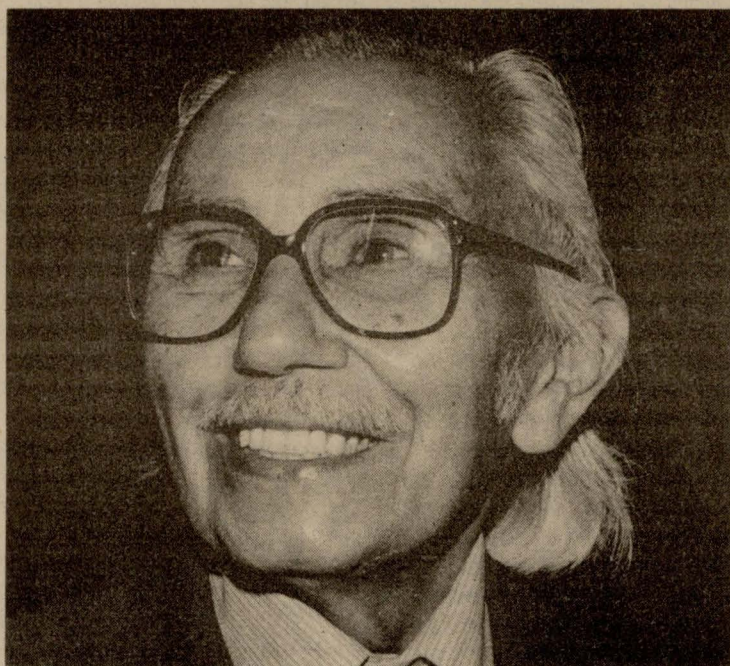
O presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, viajou ao Canadá para participar, nesses dias, da comemoração do 20º aniversário do Partido Comunista do Canadá (marxista-leninista). A Classe reproduz a íntegra da saudação do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil transmitida por Amazonas aos comunistas canadenses.

Ao Comitê Central do Partido Comunista do Canadá (marxista-leninista).

Ao Camarada Hardial Bains,

Saudamos com entusiasmo revolucionário o 20º aniversário de fundação do Partido Comunista do Canadá (marxista-leninista). Através de uma luta constante num país de particularidades singulares, os marxistas-leninistas construíram a organização de vanguarda do proletariado, que se coloca nas primeiras linhas de combate contra o imperialismo, objetivando a vitória do socialismo científico.

O Partido Comunista do Canadá (m-l), surgiu disparando as armas da teoria revolucionária contra o revisionismo contemporâneo que se havia apossado do poder na União Soviética e se espalhado no cenário mundial.



Amazonas participou das comemorações do aniversário em Otawa

Juntava-se aos partidos irmãos de todos os Continentes, destacadamente ao Partido do Trabalho da Albânia, na luta sem tréguas aos traidores do socialismo. Nestas duas décadas de incessante pressão ideológica anticomunista, o PCC (m-l) soube manter no alto sua bandeira em defesa da causa da emancipação do proletariado inter-

nacional. Durante longo tempo teve seu principal dirigente, o camarada Hardial Bains, perseguido pelos conservadores de direita. Mas resistiu e venceu.

É reconhecido o esforço das camaradas canadenses por tornar realidade o internacionalismo proletário. Não apenas no apoio e na solidarieda-

de aos povos e países em luta, como também na ajuda concreta à formação de novos partidos. Ainda que essa ajuda tenha limitações objetivas, contribui positivamente para fortalecer o movimento revolucionário e alargar o campo de penetração das nossas idéias, das idéias que conformam o pensamento dos clássicos do marxismo.

Na atualidade, os revolucionários do Canadá e de todos os países defrontam uma situação cheia de perigos. O socialismo ruiu na União Soviética e noutras nações que haviam destronado a burguesia do poder. Os renegados, com Mikhail Gorbachev à cabeça, convertidos em social-imperialistas e porta-vozes do capitalismo pretensamente neoliberal, unem-se aos aqui-inimigos dos trabalhadores e dos povos - os imperialistas norte-americanos - com propósitos sinistros. Querem esmagar o movimento revolucionário, que representa os anseios da humanidade progressista, e estabelecer o domínio completo das forças da reação em todo o mundo. Sonham de Hitler de impor a todos os povos o milênio do obscurantismo.

Mas o capitalismo, o velho e o renascido com a queda do socialismo, não tem futuro. Vive uma das piores crises da sua história. É um sistema em decomposição. Por toda a parte

reina a miséria, a falta de trabalho e de recursos para manter uma existência digna. A droga, o alcoolismo, a corrupção, o sexo pervertido ocupam espaços cada vez maiores na vida das pessoas brutalizadas por um regime impiedoso e desumano.

A crise mundial do capitalismo prepara a sua inevitável derrocada. Os povos, guiados pelas forças de vanguarda, esclarecem-se e mobilizam-se em defesa de seus direitos, da independência de seus países, da liberdade e do progresso. Erguer-se-ão portando as bandeiras invencíveis do verdadeiro socialismo, proletário e revolucionário, nas batalhas decisivas de significação histórica.

Desejamos aos camaradas do Partido Comunista do Canadá (m-l) e ao camarada Hardial Bains novos êxitos na luta que dirigem em defesa dos interesses da classe operária e do povo canadense. Que o 20º aniversário de fundação do vosso Partido seja um marco assinalando ruidosas perspectivas de fortalecimento teórico e organizativo das fileiras comunistas! Viva o 20º aniversário do PCC (m-l)! Viva o marxismo-leninismo! Viva o internacionalismo proletário! São Paulo, Brasil, 20 de abril de 1990. O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

Fidel: "Cuba não se curvará"

Durante o V Congresso da Federação das Mulheres Cubanas, no dia 7 de março, Fidel Castro pronunciou um discurso intitulado "Estamos vivendo um momento excepcional da história de nossa Pátria", onde faz uma enérgica defesa da independência e soberania das nações. A Classe selecionou os seguintes trechos:

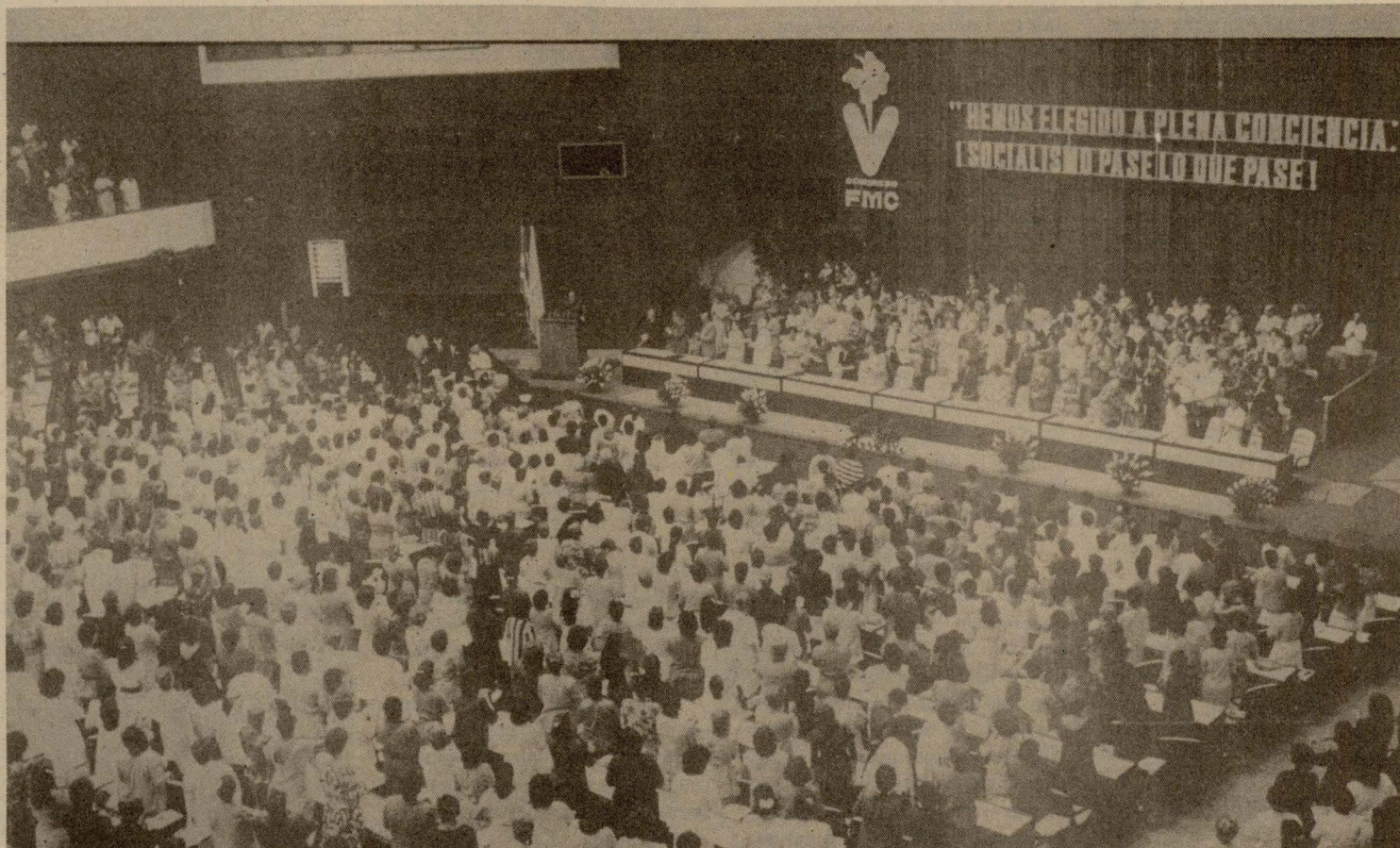
"Agora mesmo estão querendo anexar Porto Rico. Os povos latinoamericanos devem realizar uma grande batalha para evitar que esse crime histórico seja cometido. É dever dos latinoamericanos pensar mais seriamente no problema de Porto Rico. Seria uma tremenda desonra para a América Latina deixar que os Estados Unidos acabem anexando Porto Rico. Eles estão com essas pretensões.

"Diziam que Cuba era uma fruta madura, porém esta fruta se afastou consideravelmente de suas pretensões e se converteu em um exemplo de dignidade, de resistência, de valentia para todos os povos do mundo. Não é possível esquecer que estamos no terceiro mundo e que o terceiro mundo significa bilhões de seres humanos e que nele estão se produzindo os efeitos mais sérios, uma tremenda instabilidade, uma terrível fome, como consequência do saqueio de que é vítima. Isto de sonhar que as revoluções vão acabar, ocorra o que ocorra, não será mais que um sonho porque os povos vão reagir contra a fome, contra a miséria, contra uma situação insuportável, e cada vez mais insuportável. Esta é a realidade, este terceiro mundo existe e o imperialismo vê em Cuba um perigoso exemplo.

"Agora se está exigindo com arrogância e com descaramento, diante de tudo que se passou, que a URSS cesse suas relações com Cuba.

"Já se disse quais são nossos desejos, porém temos o dever - e isto está muito claro - de nos prepararmos bem se ocorrerem problemas sérios na URSS. É algo que não desejamos, algo que esperamos que não ocorra, porém temos o dever elementar de elaborar todos nossos planos em tais circunstâncias. Disse em 26 de julho porque nós devemos estar preparados para resistir quando ocorrerem problemas sérios na URSS. Se ficarmos isolados devemos estar preparados para resistir.

"Defendemos as mais belas bandeiras que já foram levantadas sobre a Terra, os sonhos mais elevados do ser humano. Defendemos o desejo do homem de ser verdadeiramente humano,



No encontro das mulheres, o líder cubano lembrou que a revolução fez muito pelo povo e criou uma nova consciência

de ser homem na plenitude da palavra. Somos porta-bandeira desses sonhos e não renunciaremos a eles, e não estamos dispostos a renunciar a eles por nada neste mundo. Isto que vocês mencionaram aqui, as extraordinárias coisas que vocês explicaram aqui sobre o significado do socialismo para nosso povo, do significado do socialismo para a mulher, vocês o compreendem melhor que ninguém, e cada vez o compreende melhor todo o povo e o entende nossa juventude.

Espírito revolucionário

Estive dois dias no Conselho Ampliado da FEU (Federação de Estudantes Universitários), e é maravilhoso escutar aqueles jovens, que capacidade, que profundidade, que espírito revolucionário! Isto é o que tem logrado o socialismo em nosso país.

"Por isto digo que se ficarmos isolados, e alguns andam dizendo por aí que já estamos isolados e ficaremos

ainda mais isolados, não nos rendemos. Quando aqui desembarcaram os ianques, nós os combatemos. Apreciamos muito a solidariedade internacional, sempre a apreciamos muito. Porém há aqueles que tendo sido comunistas no passado hoje querem se perdoar o pecado de haverem sido comunistas criticando e atacando Cuba.

"Antes havia muita gente nos insultando alegando que éramos satélites dos soviéticos e agora nos insultam por-

que não fazemos o que fazem os soviéticos. Então, quando poderemos fazer o que desejamos? Quando poderemos nos declarar independentes? Pode haver um país mais independente que o nosso, um país disposto a enfrentar o império que está ao lado e o mundo inteiro se for necessário? Não pode haver país mais independente, porém independente à custa do seu povo, do seu sangue, de seu corpo e de sua alma, de seu valor e de seu talento, isto também é do conhecimento do império.

"Sabe que este é um povo que tem um elevadíssimo nível de instrução, que não existe outro país do terceiro mundo com o nosso nível de instrução, maior do que o dos Estados Unidos! Ali há pessoas que não sabem sequer onde fica o México. Até Reagan chegou um dia ao Brasil e começou a falar imaginando que estava na Bolívia. Ali não sabem nada de nada, e sobretudo não sabem de política, são de uma ignorância política tremenda. Porém têm muito chauvinismo, que é o que exportam seus governos. "Invadem países pequenos e dizem que obtiveram uma vitória colossal. Invadem o Panamá e então verificam-se aplausos. Regra geral quando promovem suas aventuras militares começam a receber os cadáveres, os ataúdes chegam ao país, e isto nós podemos lhes proporcionar em grande quantidade se agredirem Cuba, quantidades industriais poderemos lhe proporcionar para que não se aborrecam e também não deixem de chorar um pouco."

As ambições de Walesa

Trancorreu entre os dias 19 e 24 de abril o 2º Congresso do "Solidariedade", polonês, uma entidade que ainda não decidiu se é uma central sindical ou um partido político, mas que já se fragmenta em várias tendências. Lech Walesa foi reeleito o principal dirigente do órgão, segundo seus adversários com métodos autoritários e burocráticos. Com efeito, uma das decisões mais importantes do encontro, a exigência de eleições presidenciais e parlamentares no prazo de um ano, corresponde plenamente aos sonhos de Walesa, que pretende tornar-se o próximo presidente da Polónia (cargo ocupado atualmente pelo general ex-"comunista", articulador do golpe militar de 1981, Wojciech Jaruzelski.

A verdade é que o "Solidariedade" já não dispõe do charme e da influência que desfrutava anos atrás, se-

ja a nível local ou mundial. Ainda contra as bênçãos do papa, é bem verdade, mas suas teses envelheceram em poucos anos. Sendo o principal patrocinador das reformas "radicais" em direção à economia de mercado, a entidade apóia também as consequências trágicas da mudança em curso na Polónia, nas quais se destacam o desemprego em massa e o arrocho salarial sem paralelos na história do país. Walesa tem procurado manter seu prestígio através do recurso crescente à demagogia - com a qual condena aspectos do plano capitalista -, mas de qualquer forma situa-se cada vez mais à distância dos sentimentos dos trabalhadores.

O próprio congresso do "Solidariedade" foi aberto quando estava em curso uma greve no setor de transporte em Varsóvia, deflagrada pelos assalariados para reivindicar um reajuste de

50%. O "Solidariedade" observa tais fenômenos com má vontade, uma vez que a rigor a paralisação é contra o plano que está em curso por sua inspiração.

O primeiro-ministro da Polónia, Tadeusz Mozowiecki, teria sido muito aplaudido pelos congressistas ao comentar que seu "plano penoso é a grande chance da Polónia. Ele pode ter causado desemprego e aumento dos preços, mas também foi nosso primeiro sucesso em diminuir a inflação" (sic). Qualquer semelhança com os discursos colportados por aqui não é mera coincidência. Dificilmente a classe operária continuará engolindo o remédio amargo sem protestar, a greve no setor dos transportes (que não é a primeira a se voltar objetivamente contra as premissas da reestruturação econômica) é um indicador disto.

Uma breve história do cangaço (I)

Pedro Carvalho Lopes*

Visto de forma simplista e preconceituosa pela historiografia oficial, o cangaço ainda é considerado por muitos como apenas um episódio de bandidagem. É preciso romper com esta concepção, reconhecê-lo como um movimento que marcou profundamente a história do Nordeste brasileiro por dois séculos, e entender suas verdadeiras causas sociais.

A história social do Brasil, ao contrário do que querem nos fazer crer os engomadinhos da direita, é potilhada de constantes lutas; sejam os bandeirantes conquistando e oprimindo os brasíndios, sejam os escravos se revoltando e se organizando nos quilombos, sejam os sertanejos nordestinos - vítimas das secas, mas principalmente do latifúndio, do atraso, da miséria social a que são submetidos - seguindo algum beato ou se organizando em grupos de cangaço; uma constante luta de classes.

Um dos fenômenos menos compreendidos na história dos movimentos sociais brasileiros é o cangaço. Infelizmente a historiografia oficial refere a este assunto apenas para rotulá-lo como sendo "O Ciclo do Banditismo". Ao agir assim, reconhece o óbvio - o fator de sustentação material dos cangaceiros era o produto de seus assaltos. Mas esquece por completo os fatores históricos que propiciaram o surgimento do cangaço e também a sua derrocada.

O que leva os homens a formar bandos para roubar, matar e morrer?

O cangaço foi uma organização social que floresceu, no nordeste brasileiro desde meador do século XVIII até meados do nosso século. Eram grupos de homens, posteriormente também mulheres, que, armados, se internavam nas caatingas, passam a viver de assaltos.

Mas o que levava estes seres, às vezes pacatos sertanejos a reunirem-se em bandos, pegarem em armas, matarem, roubarem, destruírem propriedades? Seriam os nordestinos atrasados por natureza como querem alguns chauvinistas? Seriam fatores genéticos, como querem os lombrosianos? Ou seria castigo divino, como querem os religiosos? É evidente que estes pontos de vista são subjetivos, e visam desviar as atenções dos fatos objetivos, de ordem social, que propiciaram o surgimento do cangaço.

De um lado, coronéis.

De outro, arrendatários sem direito algum

Para que seja compreendido corretamente, o cangaço precisa ser visto como uma explosão social, uma conse-



O bando de Virgulino Ferreira, o "Lampião", maior fenômeno do cangaço em todos os tempos.

quência lógica da desastrosa política social que sempre regeu o Estado Brasileiro. A estrutura fundiária do Brasil em fins do século XVIII e até início do nosso século, gerava uma desigualdade social inimaginável; de um lado os coronéis, verdadeiros senhores feudais, brutos e ignorantes, com direito de manter o seu poder pelas armas; do outro os arrendatários - os verdadeiros trabalhadores da terra. Vivendo como servos da Idade Média, desamparados das leis do Estado, sem direito algum, sem nada que os protegesse, só tinham duas opções: ou integrarem os grupos de jagunços dos coronéis ou transformarem-se em cangaceiros. Aqueles que ousassem fugir do seu dever para com o patrão, seriam espancados e expulsos da terra. Mas os coronéis não se contentavam em espoliar seus arrendatários; estendiam suas garras sobre os pequenos proprietários; estendiam suas garras sobre os pequenos proprietários, fraudando documentos, intimidando pelas armas, desrespeitando os limites das propriedades.

É interessante ressaltar que tudo isto acontecia com o beneplácito dos governos estaduais e federal, quer pelo pouco caso destes para com o desenvolvimento social da nação, quer pela necessidade que estes tinham dos coronéis para sustentação da sua política. Portanto, parece natural que aqueles que nada possuíam de seu, a não ser suas próprias vidas, buscassem uma saída à margem da lei e da nefasta sociedade feudal, saída esta eles próprios chamaram de cangaço.

Primeiras histórias estão em "O Cabeleira", de Franklin Távora

O cangaço, era antes de tudo, uma válvula de escape para aqueles seres marginalizados, sem bens, sem terra, sem garantias e sem direito.

As primeiras reminiscências sobre o cangaço são encontradas no romance "O Cabeleira", de Franklin Távora, que situa a existência de um jovem cangaceiro na segunda metade do século XVIII. Segundo o escritor cearense, teria o jovem José Gomes abraçado a "vida criminosa" por indução do pai, Joaquim Gomes, "homem de maus bofes e instinto cruel" e após algumas tropelias, teria o jovem José Gomes, que tinha a alcunha "Cabeleira", sido preso em um canavial no agreste pernambucano e condenado a morte por enforcamento; fora executado em Recife.

Os demais registros sobre o cangaço no século passado são muito confusos, pois confundem brigas entre os potentados da época, com ações típicas de jagunços, com o cangaço propriamente dito.

Este surge no seio da jagunçada, nos intervalos entre uma e outra querela coronelística, quando formam-se grupos que atuam independentemente. Foi em momentos como estes por exemplo que surgiram os dois maiores e mais célebres grupos de cangaceiros: o de Antônio Silvino e o de Lampião.

No século XX, Antonio Silvino retoma a tradição cangaceira

Descendendo de família de médios agricultores da região de Afogados da Ingazeira, em Pernambuco, Manoel Batista de Moraes viu seu pai ser assassinado numa luta pela terra pela família Ramos. Né Batista, como era então conhecido, sentiu ausência da justiça no caso. Resolveu tomar a justiça nas próprias mãos. Ao causar a primeira morte na família adversária viu-se de tal forma perseguido pelas forças legais, que não pôde mais retornar à vida normal. Internou-se nas caatingas, adotou o nome de Antonio Silvino em homenagem a um parente, e passou a viver como salteador, combatendo e sendo combatido pelas forças legais, e tendo em torno de si um grupo de seis a doze companheiros até vir a ser preso em 1912. Condenado, cumpriu longa pena na prisão, vindo a falecer em 1944 já liberto no Rio de Janeiro, aos 69 anos de idade.

Com a prisão de Antonio Silvino, o sertão viveu um pequeno intervalo de paz. Esta paz logo foi quebrada com o surgimento daquele que seria o maior fenômeno do cangaço: Lampião.

E surge Virgulino Ferreira, o grande fenômeno do cangaço

Para não fugir à regra, Virgulino Ferreira da Silva era filho de numerosa prole assentada no Sítio "Ingazeiras" no vale do Pajeú, Pernambuco. A família Ferreria, muito laboriosa, estava fa-

zendo progredir seu pequeno sítio. E isto despertou a cobiça de seus vizinhos, os poderosos Nogueiras. José Saturnino, membro da família Nogueira, era inspetor de quartelão. Fazendo uso do seu cargo, moveu uma série de provocações à família Ferreira. Os três mais velhos dos irmãos Ferreiras, Antônio, Livino e Virgulino, sempre responderam estas provocações à altura. O resultado foi a transformação das provocações em perseguição ferrenha, culminando com a fuga da família Ferreira para Alagoas.

Mas de nada adiantou esta fuga. Zé Saturnino estendeu seus tentáculos até o Estado vizinho e deu continuidade à perseguição a seus adversários através do alferes das forças legais José Lucena. Esse oficial assassinou o chefe da família Ferreira. A mãe dos Ferreiras morreu em consequência da perseguição sofrida.

Com a morte dos pais, Antonio, Livino e Virgulino ficaram livres para trilhar o caminho do cangaço.

*Pedro Carvalho Lopes é operário, estudioso da cultura popular brasileira e colaborador da Classe.

Latifúndio massacra no Pará

Pistoleiros ligados a grandes proprietários de terra assassinam os irmãos José e Paulo Canuto, militantes do PCdoB no interior do Pará, e dão seqüência à política de extermínio físico contra os que lutam pela reforma agrária no Estado.

Domingo, dia 22, às 19h30, quatro homens fortemente armados, invadiram a casa de José Canuto. Dizendo que eram da Polícia Federal, seqüestraram José e seus irmãos, Orlando e Paulo Canuto. Paulo reagiu, e recebeu um golpe com o cano de uma das armas que os seqüestradores portavam. José Cabral Pereira, irmão de Carlos Cabral Pereira, casado com Luzia Canuto, que também estava presente, foi agredido e ferido no peito com o cano de outra arma. Só escapou do seqüestro porque o carro dos seqüestradores estava lotado com sete homens, e não cabia mais ninguém.

Os assassinos pegaram a estrada no sentido de Marabá para onde diziam que iam levar José, Orlando e Paulo. Na viagem perguntaram se eles sabiam que a Polícia Federal era a responsável pelo assassinato de Brás Antonio de Oliveira e Ronam Rafael Ventura, mortos no último dia 4 de abril, também no município de Rio Maria. Depois de percorrerem cerca de 70 quilômetros, já no município de Xinguara, pararam o carro e mandaram os três descerem.

Orlando só escapou porque, mesmo ferido, embrenhou-se no mato

Orlando Canuto, o único sobrevivente, contou no hospital de Xinguara, que sabia que iam matá-los. Quando um dos pistoleiros enfiou a mão na cintura ele começou a balançar o corpo. O primeiro tiro foi dirigido a ele, Orlando, atingindo sua barriga, e atravessando sem atingir nenhum órgão vital. Orlando correu, passando entre dois pistoleiros, que dispararam inúmeros tiros em sua direção. Um deles disparou uma rajada de metralhadora, que não o atingiu porque ele tropeçou em uma cerca de arame farpado e caiu. Deitado, escondido no meio do mato, Orlando ouviu os disparos que mataram José e Paulo. Baleado na barriga e no braço esperou que os pistoleiros se afastassem para se dirigir ao povoado mais próximo, Sapucaia, em busca de socorro.

No hospital, logo que recebeu a comitiva de representantes do PCdoB, PT, PSB e PSDB, que tinha se dirigido a Rio Maria procedente de Belém, Orlando declarou emocionado que seu rosto não expressava a sua dor. Ela era tanta que não conseguira derramar uma lágrima. Disse que o seu pesar era grande, mas estava orgulhoso dos seus



No começo do mês o latifúndio matou Brás e Ronam (foto). Agora foi a vez dos irmãos Canuto.

irmãos, que em nenhum momento mostraram covardia ou medo da morte.

Delegado sabia das ameaças de morte, e não tomou providências

Centenas de pessoas participaram do enterro dos dois irmãos, que estavam com os corpos mutilados pelos tiros e pancadas que receberam. Na beira do túmulo de José e Paulo, pronunciaram-se com emoção Socorro Gomes, Antonio Fontelles, Ronaldo Barata, Raimundo Marques e Neuton Miranda, prestando homenagem aos mortos. Denunciando a impunidade, exigiram justiça.

A revolta era maior porque 19 dias antes tinham sido assassinados, também em Rio Maria, Brás e Ronam, outros dois militantes do PCdoB, e a polícia não tinha realizado sequer uma diligência para apurar os assassinatos, apesar das muitas pistas que os criminosos deixaram. Tudo indica que foi a mesma quadrilha que cometeu as duas chacinas, a mando dos proprietários das fazendas Suiacuí e Redenção. Pertencentes a Geraldo de Oliveira Braga e João de Oliveira Braga, as propriedades teriam sido vendidas a dois elementos conhecidos por "Cariocas" que possuem a fama de serem muito truculentos pelas violências que já cometeram. Mas há a suspeita de que os dois "Cariocas" foram apenas contratados para

"limpar" a área, expulsando os posseiros e liquidando as principais lideranças camponesas da região.

Governador é omissivo, e secretário dá cobertura ao crime

Dez dias após o assassinato de Brás e Ronam, passaram por Rio Maria Socorro Gomes e Neuton Miranda, que ouviram a denúncia de que a polícia não tinha feito nada para prender os assassinos. Orlando Canuto acusou o delegado de Rio Maria de ser conivente com os pistoleiros, contou que em julho do ano passado fora preso arbitrariamente pelo delegado Pedro Vieira, junto com seu cunhado Carlos, acusados da morte de um peão da fazenda.

Em outra ocasião o mesmo delegado tentou envolver Orlando no assassinato de um velho que ocorreu na porta de sua casa, do qual foi testemunha. Esse mesmo delegado há cerca de dez anos invadiu a casa de João Canuto e o prendeu a mando de fazendeiros, que queriam expulsá-lo de sua posse. Um destes fazendeiros, Vantuir de Paula, é acusado de ser um dos mandantes do assassinato de João Canuto, ocorrido no dia 18 de dezembro de 1985, com doze tiros. O advogado Jorge Farias denunciou que "o processo que apura o seu assassinato, apesar de ter apontado um dos mandantes, Vantuir de Paula, encontra-se paralisado

no Fórum de Rio Maria, sem que tenha havido sequer a denúncia dos implicados por parte da promotoria pública".

Para completar o quadro, o secretário de segurança pública do Estado, Mario Malato, declarou que o assassinato de José e Paulo Canuto não tem qualquer ligação com questões fundiárias, e que era uma vingança da família de um peão que teria sido morto por Orlando, José e Paulo. Foi veementemente contestado por Neuton Miranda, que declarou que ou o delegado Malato era extremamente irresponsável ou queria dar cobertura para os assassinos, sendo mais provável a última hipótese.

Irmãos eram filhos de João Canuto, morto em 85

Os assassinatos de Rio Maria revelam a que ponto chegou a violência dos latifundiários no Estado. Não é para menos, diante da impunidade que possuem. Nenhum dos pistoleiros ou mandantes foi preso e condenado. Da imensa relação de assassinados, fazem parte advogados, freira, dirigentes sindicais até deputados como Paulo Fontelles e João Barista, além, naturalmente, dos trabalhadores rurais. O assassinato de Paulo Fontelles completa no próximo dia 12 de junho três anos, sem que o inquérito tenha sido concluído e muito menos presos os assassinos.

O governador do Estado limita-se a ceder transporte para retirar feridos ou ameaçados de morte e responde com chacetos às cobranças que são feitas para que tome providências no sentido de dar um paradeiro às matanças.

Nos últimos anos o Partido Comunista do Brasil tem sido duramente golpeado pela violência dos latifundiários. É longa a sua lista de mártires pela reforma agrária: João Canuto, pai dos irmãos mortos agora; Paulo Fontelles; Felipe; Juscelino; José Fernandes - os três últimos trabalhadores rurais de Xinguara. E nos últimos dias Brás, membro do seu diretório municipal em Rio Maria, José Canuto e Paulo Canuto.

Há mais comunistas ameaçados pelo latifúndio

Muitos dos militantes estão ameaçados. Mas cada um de seus mártires torna mais viva a luta pela reforma agrária, e por um Brasil Socialista.

Em fins de março, durante um ato promovido por dezenas de entidades contra a violência no campo, D. Geraldina, viúva de João Canuto, mãe de José e Paulo, declarou que além de não conseguir que se fizesse justiça, ela não tinha sequer paz, pois a sua família vivia sendo perseguida e seus filhos estavam ameaçados de morte. Não se passou um mês para que o temor de D. Geraldina se tornasse realidade.

Partidos exigem fim da violência

Uma comissão de líderes de partidos na Câmara Federal e de deputados progressistas reuniu-se no último dia 25 com o Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, para exigir providências que ponham fim à onda de assassinatos que assola o interior do Pará. Estiveram com o ministro os deputados Haroldo Lima (líder do PCdoB), Gumercindo Milhomem (líder do PT) e José Carlos Sabóia (líder do PSB), além de Fernando Santana (PCB), Hélio Sabóia (PMDB), Ana Maria Rattes (PSDB), Eduardo Bomfim, Edmilson Valentim e Manoel Domingos (PCdoB).

Também participou o Padre Ricardo, conhecido por sua atuação destacada em defesa dos camponeses de Rio Maria.

O deputado Haroldo Lima abriu a reunião fazendo a denúncia formal do crime do último domingo responsabilizando os proprietários de terra do município paraense como seus mandantes e alertando o ministro para a completa impunidade de que gozam assassinos e mandantes. O líder do PCdoB lembrou que enquanto perdurar a omissão das autoridades paraenses, o latifúndio se sentirá à vontade para praticar chacinas como a que vitimou os irmãos Canuto.

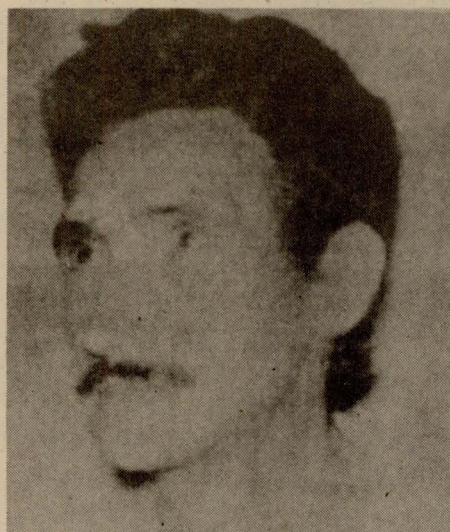
O Padre Ricardo apresentou a Bernardo Cabral um dossiê detalhado sobre a ação dos pistoleiros na região de Rio Maria. Destacou que nos últimos dez anos já sobe a mais de 150 o número de camponeses e de lutado-

res pela reforma agrária assassinados pelos fazendeiros. E denunciou a existência de trabalho escravo nas propriedades rurais da região.

Os deputados presentes reivindicaram então que o ministro tome providências para pôr um fim à onda de violência. Lembraram que o alvo atual dos latifundiários é Expedito Ribeiro de Souza, presidente do Sindicato Rural de Rio Maria. E pediram a intervenção da Polícia Federal no assunto, já que a polícia do Estado do Pará tem dado constantes demonstrações de inoperância ou mesmo de conivência com os criminosos. O deputado Haroldo Lima lembrou que no último dia 8 havia alertado o Ministério da Justiça para os incidentes que vinham se verificando na região, e que ad-

vertira para as ameaças que pairavam tanto sobre Expedito quanto sobre os irmãos Canuto.

O Ministro Bernardo Cabral declarou estar sensibilizado com o problema. Prometeu acionar a superintendência da Polícia Federal do Pará para que participe do esclarecimento dos assassinatos. Afirmou que tomaria providências para que a própria PF passasse a dar garantias de vida ao sindicalista Expedito e ao Padre Ricardo, também ameaçado pelos fazendeiros. E garantiu que entraria em contato com as autoridades policiais e judiciárias paraenses, para pedir-lhes ações mais enérgicas contra a continuidade da escalada de violência.



João Canuto, líder camponês

Latifúndio matou pai de Paulo e José em 85

O assassinato dos irmãos Canuto, ocorrido no último domingo, torna ainda mais trágica a história da família a que pertenciam, marcada ao mesmo tempo pelo envolvimento de seus membros na luta em favor da reforma agrária e pelas perseguições brutais de que foram vítimas.

O primeiro a perder a vida em consequência destas perseguições foi João Canuto de Oliveira. Nascido em 1936 no Estado de Goiás, era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e membro do Diretório Regional do PCdoB.

Emigrado para o interior do Pará, participou ativamente da luta dos camponeses de Rio Maria. Representou-os no Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) realizado em 1981 em Praia Grande (SP), e no Encontro Regional que o precedeu. Destacou-se na luta pela desapropriação da Fazenda Canaã.

Perseguido pelo fazendeiro Vantuir Gonçalves de Paula, mesmo assim não abandonou o combate. Mesmo sob ameaça de morte, não assinou a desistência da luta por sua posse, que era exigida por Vantuir. Foi várias vezes perseguido pela Polícia Militar, que invadiu constantemente seu barraco. Em 18 de dezembro de 85 foi assassinado, crime que até hoje as autoridades policiais paraenses não esclareceram. Seu enterro foi acompanhado por milhares de pessoas, que exigiam "Reforma Agrária Já!"

PCdoB quer unidade contra as matanças

(Nota do Partido Comunista do Brasil sobre o assassinato de Paulo e José Canuto)



Só união do povo pode conquistar reforma agrária em dezembro de 1985.

Nenhum dos bandidos - mandantes e executores - foi punido até hoje. Assim como continuam absolutamente impunes os assassinos de Paulo Fonteles, ex-deputado estadual e dirigente regional do Partido. Sem falar nas dezenas e dezenas de mortes, espancamentos, torturas e violência de toda sorte cometidas quase que diariamente sob verdadeira cumplicidade do governador Hélio Gueiros e das autoridades federais.

O PCdoB conchama todas as correntes políticas e personalidades comprometidas com as liberdades democráticas e com os direitos humanos a levantarem a voz contra esta situação de vandalismo. Particularmente na situação atual, quando o presidente Collor incentiva a truculência e o desrespeito a legalidade, a se unirem para defender a liberdade e o progresso. E exigirem o fim das atrocidades, apuração de todos os crimes e punição dos responsáveis.

O PCdoB confia na unidade do povo e na capacidade de luta dos trabalhadores. Organizadas, as forças populares terão condições de conter a ofensiva reacionária, realizar a reforma agrária e democratizar a propriedade da terra, pôr fim à violência no campo e à impunidade dos grileiros e latifundiários e seus jagunços.

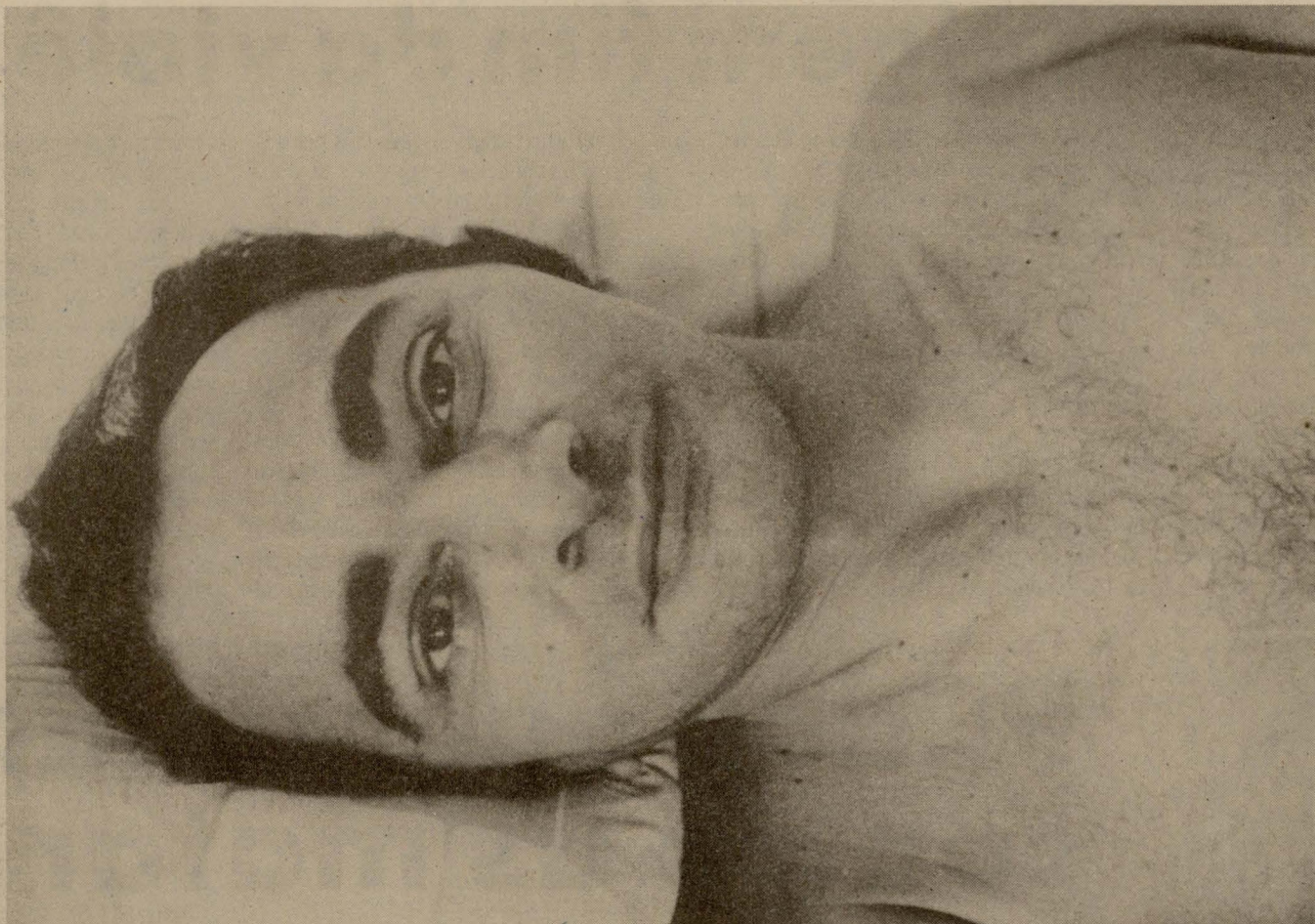
Abaixo a UDR.

Abaixo a violência dos grileiros.

Pela reforma agrária e pela democratização da propriedade da terra.

Punição aos mandantes e executores de Paulo e José Canuto.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
São Paulo, 24 de abril de 1990
Comitê Central do Partido Comunista do Brasil



Luís passou 22 anos com o corpo imobilizado mas atento aos problemas do Brasil e do mundo

Em memória de Luís Medeiros

Haroldo Lima*

Jovens, trabalhadores, homens e mulheres do povo que padecem tormentos e não perdem a esperança, gente que acredita em Deus, em Oxalá, pessoas sem religião e materialistas consequentes, parem um pouco para reverenciar a figura desse que acaba de morrer - Luís Medeiros.

Vivemos um instante onde a perplexidade cresce com o acúmulo das surpresas e traições. O atraso se fantasia de moderno e estigmatiza o avanço como conservador. Até certo abatimento ameaça se apossar de mentes progressistas, atônitas ante a paisagem que vai sendo composta com valores subvertidos e cores falsas.

O homem cuja vida aqui homenagearemos é uma exaltação às virtudes humanas verdadeiras, reafirmadas em contexto de prolongado sofrimento.

Corria o ano de 68. A ditadura amedrontava o povo, submetido a arrocho econômico, opressão política e repressão policial. Não havia greves, houve três apenas, conhecidas e significativas. Metalúrgicos de Osasco, metalúrgicos de Contagem e trabalhadores da cana, da cidade do Cabo, em Pernambuco.

A greve do Cabo estava sendo preparada há algum tempo. Ação Popular (AP) era uma organização revolucionária que lutava contra o regime e atuava no meio dos estudantes, dos camponeses, dos operários. Preparava a greve do Cabo, pois era a organização política que

tinha ali maior presença. A greve estava para eclodir. Faltavam quadros, gente de fibra e de cabeça, para a articulação do movimento que crescia sem despertar suspeitas, às escondidas, mas que tinha de aparecer, quando estivesse maduro, como movimento de massas.

Viver com as massas

O ano de 1968, no mundo, era um ano promissor. As idéias progressistas, em geral, cresciam. Do Ocidente ao Oriente sopravam os ventos da liberdade procurada pelas estradas sinuosas da vida. O exemplo do "Che" deixando de ser ministro para embrenhar-se nas matas bolivianas, lutando, ao seu modo, e morrendo ali heroicamente calava fundo na consciência libertária da América Latina; estudantes franceses e alemães balançavam e questionavam a velha Europa; jovens chineses faziam uma chamada revolução cultural, insurgindo-se contra tudo que lhes parecia arcaico. As coisas iam em frente, o futuro exigia, cobrava desprendimento. Em AP surgiu a idéia de um "movimento de proletarização", com estudantes e profissionais largando estudos e trabalhos em demanda dos meios operários e camponeses. Viver, trabalhar e lutar com as massas era a orientação que empolgava.

E a greve do Cabo precisava de reforço. As circunstâncias que cercavam aquela tarefa eram difíceis. Alguns se dispuseram a ir. Não preenchiam certas condições. Aquele sim: era um jovem de 23 anos, sereno e simples, de feição e origem camponesa, com a pele tostada

pelo sol do Nordeste. O que todos sabiam dele é que era de uma firmeza extraordinária, de uma capacidade de trabalho tão grande quanto a sua discrição, e de uma inteligência que o tornara considerado como o melhor aluno da Escola Federal de Engenharia do Recife naquele momento. Tinha um problema: faltavam 2 meses para concluir seu curso de engenharia. Sair, para ajudar na preparação da greve do Cabo? Passar a residir no meio do canavial, cortando cana como os demais trabalhadores, sofrendo como eles e como eles tramando, nas caladas da noite, a greve? E a formatura, tão próxima? E a perspectiva de ser engenheiro? Sim! Há pessoas talhadas para grandes gestos e ante as quais o ato audaz e o desprendimento total não são objeto de análises demoradas, de dúvidas ou incertezas. A dois meses da conclusão de brilhante curso de engenharia, Luís Medeiros abandonou os estudos, a possibilidade de ser engenheiro e optou, sem a menor vacilação, por ir se integrar à vida, ao trabalho e à luta dos trabalhadores rurais da zona da mata da cidade do Cabo. Poucas semanas depois a greve eclodia.

Foi um acontecimento de repercussão nacional. Naquele período não era comum trabalhadores desafiar patrões e o Estado. A cidade do Cabo chamou a atenção do Brasil. Luís não teve conversa - praticamente passou a residir no quartel-general da luta, na sede do Sindicato. O Ministro do Trabalho era o Sr. Jarbas Passarinho. Foi ao Cabo, negociar com os grevistas. Do meio da assembleia que o ouviu, o Ministro teve de ouvir também a

voz de um jovem trabalhador rural, respeitoso mas indomável, que lhe contestou na argumentação. Era Luís.

O desfecho da greve veio em seguida. Sua realização - uma grande vitória. Suas reivindicações - alcançadas em parte.

Prisão e tortura

Com o trabalho recomeçado, Luís voltou à labuta diária do cortador de cana. Sua liderança crescera. Transformara-se também num homem conhecido, reconhecido também como trabalhador que dava rendimento no corte da cana.

A política de Pernambuco, por essa época, já se notabilizara no tratamento desumano dos que se opunham ao regime militar.

Tudo parecia já ter terminado. Ficaram os ganhos parciais da greve, a experiência acumulada da luta e a sede de vingança da política política. Vingança torpe que começa com a prisão, em pleno trabalho, no canavial, de Luís Medeiros e um seu companheiro, Elenaldo Teixeira. As torturas iniciam-se incontinenti, ainda à vista dos companheiros de trabalho. Depois, no edifício sede do Dops de Pernambuco, as sevícias continuam, a bestialidade.

Luís não era de se entregar sem luta, nem de permanecer aprisionado, sem tentar a liberdade. Houve um momento em que o levaram a um sanitário. De retorno à sala das torturas passou por uma janela, que já vinha observando há algum tempo. O soldado que a guarda não o estava segurando e naquele instan-

te, não estava algemado. Não perdeu tempo. Veloz, arrojou-se intrépido janela afora, buscando evadir-se. A tarde morria. Os passageiros de um ponto de ônibus próximo, viram um corpo caindo, do segundo andar do edifício do Dops. O corpo praticamente espatifou-se e fraturados ficaram a espinha, os braços, as pernas, a bacia, vértebras. De fato só uma coisa escapou ileso, a cabeça, que iria se revelar maior do que se impunha, a grande cabeça de Luís Medeiros.

Completamente imobilizado, pelas fraturas havidas, Luís foi posto em cama de hospital, como preso, para precária assistência médica. Seus ex-colegas de universidade foram a D. Helder Câmara pedir a intervenção do prelado por Luís Medeiros. D. Helder afastou o sentinela que tentou barrar-lhe a entrada no hospital e avistou-se com Luís, inerte, na cama. Falou-lhe. Prestou-lhe solidariedade. E ouviu dele um pedido: "Não posso mover-me. Tire o lençol de cima de mim". E, retirado o lençol, aos olhos estupefatos do Cardeal, apareceu um corpo dilacerado, não apenas pelas diversas fraturas e contusões, mas pelas chagas vivas das queimaduras de cigarro, unhas arrancadas e pancadas de todos os tipos. D. Helder relatou depois que essa experiência dramática foi decisiva para a cruzada que passou em seguida a fazer pelo mundo inteiro denunciando a existência de torturas no Brasil e clamando pelo seu fim.

Epopeia magistral

Dá pra dizer que a trajetória de Luís Medeiros transcende os limites de uma gloriosa batalha por um ideal político e ideológico e ascende ao patamar de epopéias magistrais vividas pelo gênero humano. Por que, dessa época até há duas semanas, Luís Medeiros sobreviveu e viveu 22 anos, inteiramente paralisado, tetraplégico que estava, movendo apenas a cabeça.

A precaríssima assistência médica que teve em Recife condenou seu corpo a um atrofia completo. Havia partes que se assemelhavam a galhos de árvores retorcidos e ressecados. A longa permanência em uma só posição fazia rebentar nele, vez em quando, feridas de difícil cicatrização. Frio, dores, tremores, cálculos renais, passagens por hospitais, dificuldades financeiras inúmeras, tudo isso esteve presente no verdadeiro martírio em que se constituíram os 22 anos de sobrevivência de Luís Medeiros.

A participação de sua mãe e a solidariedade de companheiros e amigos, como o padre Renzo Rossi e Maria José Jaime, foram fundamentais para sua existência. Quando podia, em uma cadeira de rodas, passeava pela cidade de Brasília, observando os logradouros, o trânsito, o povo. Da cama, de onde às vezes não saía semanas contínuas, passou a ver televisão. Com um pequeno canudo na boca conseguia passar páginas de livros, jornais e revistas e, assim, pelo que via, ouvia e lia, inteirava-se da situação política do Brasil e do mundo.

Acompanhei a atividade de Luís em Recife, por ocasião da greve do Cabo. Certa tarde, dirigia uma reunião clandestina quando chegou uma notícia truncada: Luís, ao tentar pular a janela do segundo andar do Dops, arrebentou-se na rua e morreu! A triste notícia provocou muitos choros, até ser desmentida. Luís era muito querido. Clandestinidadade demorada e prisão fizeram-me perder a pista de Luís, a quem voltei a encontrar somente em 1983,



quinze anos depois, quando já era deputado federal. Ele viera de Recife e morava com sua mãe em Brasília.

O reencontro com Luís e a conversa por ele provocada marcou-me profundamente. Luís não se queixava de nada, nem do que se passara com ele há 15 anos, nem dos sofrimentos atuais, nem das dificuldades de sua vida cotidiana, tipo conserto de cadeira de rodas, dinheiro que não tinha para pagar aluguel de casa e salário para que um rapaz o empurrasse na cadeira etc. Nada. Os problemas eram postos de forma serena e objetiva. Mas o que ocupava quase o tempo todo da conversa, o assunto

que lhe fervilhava a cabeça era a situação política e social do Brasil e do mundo.

Reencontro com a história

Quando Luís se acidentou, em 1968, a AP estava começando um processo de luta interna que terminou em 1971/72 definindo a sua incorporação no PCdoB. A pergunta de Luís, na primeira conversa, quinze anos depois, veio rápida e viva: "que é que deu daquela luta interna?" Conte-lhe tudo, até os fatos atuais. Passei uma tarde falando e respondendo perguntas, de pé, porque se sentasse não poderia



olhar o seu rosto. Anunciei-lhe um livro que eu e Aldo Arantes estávamos ultimando e que lhe era dedicado. O assunto foi retomado após a publicação do livro, "História da AP", e depois de Luís o ter lido, passando as páginas com o canudo na boca. A observação dele foi linda, extraordinária, mais ou menos assim: "agora eu pude apanhar o fio da meada de minha história e me encontrar nos dias presentes". Disse-lhe que sim e que tanto quanto os companheiros dele de há 15 anos, também ele era do PCdoB. Humilde, informou-me que não tinha condições de fazer mais nada pela luta, pelo Partido. Contestei e, comovido, mudei o assunto.

Luís Medeiros passou a receber visitas de diversos companheiros do PCdoB e pessoas amigas. A todos enchia de admiração pela preocupação que demonstrava com a situação social e política. Uma tarde recebeu a visita de João Amazonas. O velho comunista interessou-se em saber como vivia Luís e, animado com as revelações que esse lhe fazia, a respeito do que lhe preocupava e das opiniões que tinha, atualizadas, sobre as coisas do momento, incentivou-o a escrever um livro sobre a sua singular experiência de vida. Infelizmente nunca se conseguiu criar as condições para que Luís ditasse o que seria o livro de memórias de um revolucionário tetraplégico.

Testemunho dramático

Teotônio Vilela, já de câncer, foi certa feita homenageado no auditório Petrônio Portela do Senado. De acordo com o Teotônio providenciamos para que Luís se fizesse presente no palco. Teotônio, em emocionante discurso, transferiu para Luís as homenagens que lhe estavam sendo prestadas, disse que se sentia pequeno ante a figura enorme de Luís Medeiros e todo o grande auditório, literalmente lotado, aplaudiu de pé, demoradamente, o homem da cadeira de rodas que, tranqüilo, olhava a todos, sem poder esboçar qualquer gesto. A televisão filmou tão prolongadamente a cena que Luís sentiu-se mal com o calor dos refletores e pediu para retirar-se, agradecido. Estranhamente nada foi divulgado...

Depois de morto Luís, a gente fica a meditar sobre a força que manteve um ser humano mentalmente ativo, lúcido, criativo, otimista, durante 22 anos, inteiramente paralisado. Luís parecia uma cabeça isolada, uma mente solta, livre de amarras com um corpo inútil. A fertilidade do seu pensamento, que continuou lúcido até os momentos finais, dão prova do espaço de resistência que tem o ser humano e de como é vigorante o interesse pelo mundo, pelo social, pela política.

Com Luís Medeiros desaparece, provavelmente, o testemunho vivo mais dramático das consequências desastrosas de um regime de sevícias. Tal como sua vida, sua morte foi humilde. Mas não foi anônima. Vários de seus dedicados amigos levaram-no à tumba, ao descanço. O PCdoB também lá esteve. Não houve registro na grande imprensa. Mas o exemplo de Luís Medeiros, como revolucionário e como homem, calará fundo no meio dos que, conhecendo o que foi sua vida e sua luta, devem divulgá-las para ajudar na educação das gerações vindouras.



CD
Centro de Documentação e Memória
da direção nacional do PCdoB e líder da bancada
de deputados
Fundação Maurício Grabois

Poetas. Sempre vivos!

Frederico Freitas dos Anjos *

COPA COM CLASSE

Só nos resta torcer

Claudio Vladimir

Agora só nos resta torcer. O técnico Lazaroni, o garoto propaganda da Pepsi-Cola e também treinador da seleção brasileira de futebol, divulgou, finalmente, a relação dos 22 jogadores unguídos por ele para a difícil tarefa de conquistar para o Brasil o tetra-campeonato mundial de futebol. Daqui a 45 dias, na Itália. Como já era previsto, nenhuma surpresa. Dos 22 convocados, apenas 5 são atacantes (Romário, Careca, Bebeto, Müller e Renato Gaúcho). Os outros 17 são zagueiros, alas, amadores, liberos e goleiros.

Como se não bastasse essa grave distorção tática, a seleção brasileira já começa a enfrentar um outro problema: a liberação dos estrangeiros. Mozer, ameaçado de corte, porque o Olimpique de Marselha não concorda em liberá-lo antes do final do campeonato francês, no começo de maio. Alemão, Dunga e Careca nem se apresentaram para os exames médicos no Hotel Glória. Jorginho veio e voltou para a Alemanha. E assim por diante. Com apenas 45 dias para os treinamentos e essas dificuldades todas para juntar a sua legião estrangeira, Lazaroni deve estar começando a ficar careca. Em primeiro lugar, porque o tempo é curto demais para uma preparação exemplar, que deveria ser feita. Depois, porque nem mesmo juntar os seus 22 pupilos ele vai conseguir. Ou seja, a vaca pode estar começando a ir pro brejo desde agora.

Além disso, temos o problema de Romário, que ainda não se recuperou da grave contusão e, ao que indica, não estará na copa. E qual a solução que Lazaroni insinua? Convocar Sorato. Realmente não dá para levar a sério essa conversa. Já não basta Bismarck, Dunga, Acácio e outros tantos jogadores de limitada criatividade?

Na verdade, essas dificuldades todas já começam a nos tirar o otimismo de conquistarmos a Copa da Itália. Não bastasse a predominância defensiva do esquema armado por Lazaroni, que tira nossa maior força - a criatividade e o potencial ofensivo - nos colocando no mesmo lugar comum de outras seleções européias, as dificuldades de juntar todos os convocados para iniciar os treinamentos são outro grave problema. É preciso ficar claro que quanto mais tarde o Brasil começar seus treinamentos, menores serão as nossas chances de conquistar a Copa.

Não adianta nada o presidente-atleta receber seu ex-sogro no planalto junto com o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, e ordenar que tragam a copa para o Brasil e muito menos Collor anunciar que irá participar do primeiro treino da seleção, no lugar de Dunga. Afinal, ao contrário da inflação zero da Dona Zélia grosseiramente manipulada para prejudicar ainda mais os trabalhadores, a Copa do Mundo não pode ser ganha apenas com a manipulação do oba-oba collorido. Quem não tiver time e não estiver bem preparado, irá dançar.

Infelizmente, sem querer ser pessimista, a nossa legião estrangeira parece estar indo por esse caminho. Collor pelo menos teve o bom senso de exigir o lugar do Dunga para treinar. Assim não irá fazer feio, nem nos obrigar a sentir a falta do titular. Já imaginaram se ele escolhesse a camisa 9 e treinasse no lugar do Careca?

Era melhor que nós todos pulássemos de pára-quadras a bordo de um possante F-5, antes que a CBF fosse privatizada e comprada através de certificados de privatização pela Pepsi-Cola...

Final dos anos 50, uma década marcada pela decadência moral burguesa nos EUA. Dos anos 50 começaram a brotar as primeiras formas de rebeliões juvenis que nos anos seguintes iriam incendiar os sagrados valores de tradição, família e propriedade da abastada burguesia norte-americana, gorda das riquezas extraídas dos seus quintais latinos, africanos e asiáticos.

Um pouco dessa história de rebeldes e rebeliões nos contam o cineasta australiano Peter Weir (*A Testemunha*, 1986) e o roteirista Tom Schullmann na película "Sociedade dos Poetas Mortos" (*Dead Poets Society*), produção americana rodada em Delaware e que concorreu aos Oscars de melhor filme, melhor diretor, melhor ator (o simpático Robin Williams, *Bom Dia Vietnã*, 1987) e melhor roteiro original.

A história é constituída de recordações de experiências vividas pelo próprio roteirista Schullmann, que começou a escrevê-la em 1985, para três anos mais tarde entregá-la a Weir, que começaria as filmagens em locações primárias em St. Andrew's School, Middletown, fundada em 1930, numa fazenda de dois mil acres, perto do belo lago Nortown. Ali seria locada a Academia Welton, uma escola secular e tradicional situada em meio às montanhas de Vermont.

Contestação à hipocrisia

Entende-se o conteúdo do filme já a partir das primeiras cenas e dos planos que focalizam o cerimonial de chegada de novos internos, quando num salão impregnado de velhos professores carran-

culos, jovens calouros, mães e pais orgulhosos, vê-se a entrada sob o acompanhamento do coral que executa hinos de louvor à tradição, de estandartes empunhados mostrando dizeres de zelo e amor à obediência e ao bom mo-cismo.

E dentre todas aquelas caras de tédio e vaidade sobressai o sorriso e a graciosidade do professor Keating (Williams), recém ingresso no colégio para lecionar língua e literatura.

O filme se valeu da arte literária para acrescentar a carga de rebeldia e contestação contra a hipocrisia moralista da escola em sete alunos que passavam a admirar o professor Keating a partir do choque inicial da descontração da personalidade do mestre e das suas atitudes libertárias.

O professor os ensinou a amar a poesia que vive e se move nas rebeliões, rasgando os velhos códigos da disciplina do conservadorismo, da métrica e do claustro literário. Ele citava e declamava poetas progressistas da literatura americana do século passado e da primeira metade do nosso século.

Walt Whitman, diversas vezes citado no filme, destaca-se como exemplo supremo de que a criação literária parte do instante em que se grita contra o que nos acorrenta e procura-se, ávido, a liberdade para amar, viver e lutar. É como nos diz o próprio Weir, "...Aquele parte criativa que todos nós possuímos, e que tão raramente é expressada em nossas vidas. As crianças, aos seis, sete anos, pintam, desenham e escrevem poesias, e não questionam nada. Mas de alguma forma no processo educacional somos ensinados que somente os mais talentosos podem fazer estas coisas."

O instante da criação

É o desabrochar do instante delicioso quando nos descobrimos poetas que o professor Keating ensina aos seus sete discípulos e os faz unirem-se como uma família, irmanados em reuniões secretas numa caverna afastada alguns quilômetros do internato, ressuscitando a "Sociedade dos Poetas Mortos", fundada pelo próprio Keating e alguns amigos quando estudantes da Academia Welton, onde se reuniam para ler seus autores preferidos e liberarem-se num profundo êxtase de espírito. Anos mais tarde os garotos observam os mesmos preceitos, as mesmas fontes poéticas daqueles que os precederam.

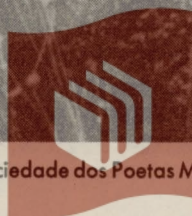
"Sociedade dos Poetas Mortos" é uma obra para ser entendida sob diversos ângulos, todos conectados com o desejo ardente de liberdade e amor. O limite é o sacrifício da própria vida para fazer os guardadores das velhas ordens compreenderem que não vale a pena castrar ao homem os seus ideais de vida e torná-los meros objetos de egoísmos doentios. Isto aparece nos minutos finais da película, quando um dos mais dedicados e apaixonados alunos de Keating, Neil (Ethan Hawke), mata-se na solidão do inverno da sua casa, após perceber o sentido da sua vida ir-se embora quando seus pais o impedem de realizar seu desejo ardente de ser ator.

Poucos momentos nos são dados para compreender de modo tão explícito os caminhos íngremes do declínio da ética dominante e da repressão cultural. Um desses poucos momentos nos ofertam Weir e Schullmann no filme "Sociedade dos Poetas Mortos".

* Colaborador da *Classe em Recife*
Divulgação



Estudantes que integram a "Sociedade dos Poetas Mortos" descobrem que as palavras e idéias podem mudar o mundo



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Petista critica atitude do vereador Suplicy

Sou filiado ao Partido dos Trabalhadores, e através de um companheiro do PCdoB de minha cidade fiquei conhecendo "A Classe Operária". Leio regularmente o jornal, que está excelente não só em suas matérias como também na composição gráfica.

Fiquei surpreso com a atitude do vereador e presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Eduardo Matarazzo Suplicy, e dos demais vereadores do PT, PSDB e PCB, na moção pedindo eleições diretas em Cuba. Estes vereadores não têm o direito de interferir nos assuntos de outro país, como tão bem manifestou o vereador Aldo Rebelo, do PCdoB. Pelo que parece a campanha imperialista norte-americana chegou mesmo ao Brasil, e atingiu integrantes da esquerda brasileira. (Valmir Stahlirk, Lagoa Vermelha, RS)

Acabar com a economia para "combater" a inflação

Uma coisa é acabar com a inflação. Outra, muito diferente, é acabar com a economia. Pois é isto precisamente o que está fazendo o atual governo. Não está, como supõem muitos ingênuos ou como afirmam alguns velhos profissionais, expropriando os expropriadores, mas sim os milhões que juntaram pequenas poupanças, num esforço de vários anos, criando uma espécie de "seguro" contra a velhice ou contra a velhice ou contra as incertezas do futuro. Está se expropriando igualmente aquele setor que poderíamos chamar de burguesia "nacional" m aquela não vinculada às máquinas e aos interesses do grande capital estrangeiro, sempre sequioso do apoderar-se do controle absoluto de nossa economia. Refiro-me à pequena e média empresa, que precisam de seus fundos depositados nos bancos, não apenas para quitar suas folhas de pagamento, como pretendem os "economistas" do governo, mas também para promover a "reprodução ampliada de capital", sem a qual nenhuma indústria sobrevive à concorrência. Espremido entre a falta de suporte financeiro e a drástica redu-

ção do mercado consumidor interno, do qual depende, é fácil prever o fechamento em massa nesse setor, com o inevitável cortejo de desemprego.

Para os "monetaristas", que converteram a Economia num simples ramo da Matemática Financeira, a inflação é um mero fenômeno de demanda- Trata-se, segundo eles, de "enxugar" a economia, ou seja, retirar da circulação o excesso de meio circulante. Ora, o verdadeiro conceito de inflação é o produtivista: inflação é o aumento do meio circulante sem o correspondente aumento da produção.

Trata-se, então, de aumentar a produção, incentivar a indústria, sobretudo a pequena e média, direcionando os empréstimos para estes setores, colocando o sistema bancário a serviço deles e dos povo em geral, o que exige o controle dos bancos pelo governo e do governo pelos setores mais progressistas da sociedade. O contrário, que está ocorrendo, trará a breve prazo o sucateamento da indústria nacional, abrindo espaço para a absorção pelo grande capital estrangeiro das empresas mais promissoras que conseguirem sobreviver.

O plano atualmente em execução, cujas medidas positivas ficam anuladas pelo direcionamento que lhes deram, aventureiro e entreguista, fará o país retroceder várias décadas, destruindo o esforço construtivo de inúmeras gerações. (João Alves Marinho, S.Paulo, SP)

Quero ler e estudar teses em favor do comunismo

Sou assinante da "Classe Operária"

ria" e a favor de uma humanidade feliz. Sou estudante da 8ª série do 1º grau. Comecei tarde mas pretendo não parar mais.

Sou um inveterado leitor. Adoro livros de todas as áreas. Tenho várias obras de Marx, Lênin, Che Guevara e Fidel Castro. Além disso, interessamo-me pela literatura científica em geral.

Sou trabalhador bancário. Ainda não sou adepto do comunismo, e quero ler e estudar melhor as teorias que o defendem. (Marcelo José dos Santos, S.Paulo, SP)

Uma nova proposta para a seção "Prosa e Verso"

A comemoração do 68º aniversário do PCdoB em Fortaleza, que coincidiu com o lançamento dos candidatos comunistas Gilse Avelar e Inácio Arruda, para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa, foi um ato marcado pela divulgação da cultura popular. Ficou clara a ligação estreita do PCdoB com os artistas da terra. A festa, que lotou o anfiteatro da Faculdade de Direito, contou com a contribuição de cantadores, músicos, bandas de rock e poetas comprometidos com a transformação social.

A festa de Fortaleza indica, com seu êxito, que a ligação de nosso partido com a cultura popular deve se alargar cada vez mais. No entanto, me parece que a seção "Prosa e Verso" da "Classe", dedicada à divulgação da cultura e arte, tem sabido explorar esse potencial de que dispomos. Reconheço as excelentes matérias sobre vários artistas consagrados nacional e internacionalmente pe-

lo público. Mas acredito que os artistas renomados, mesmo aqueles comprometidos com as classes populares já têm, de uma forma ou de outra, espaço para divulgar sua obra. Enquanto isso, observamos vários teatrólogos, poetas, escritores e músicos que precisam desse espaço para tornarem-se consagrados também, por seu talento e compromisso.

Não quero dizer com isso que a "Classe" não deva divulgar os intelectuais e artistas de renome. A penas acredito que nosso jornal poderia, ao mesmo tempo, contribuir para tornar conhecidos aqueles que imprimem um caráter revolucionário à sua obra, mas que ainda não alcançaram o devido reconhecimento. (Virgílio Félix, Fortaleza, CE)

Defendendo o socialismo nos grotões do Ceará

É profundamente lamentável o grau de reacionarismo existente na política de nossa cidade, Missão Velha, interior do Ceará. Aqui, como de costume, a oligarquia político-nepotista sempre se encarregou de monopolizar tudo e todos; de forma que estranha e ignora incondicionalmente qualquer movimento novo, que mexa e desperte a opinião pública ante o cambalacho e a roubalheira, marcas registradas desta antiquada elite dirigente.

É nessas circunstâncias, portanto, que os comunistas de Missão Velha tomamos a iniciativa de articular uma frente que reúna todas as pessoas que repu-

diem esse sistema obsoleto de fazer política. Contudo, precisamos estruturar o nosso partido - PCdoB - para que dessa forma possamos jogar papel de vanguarda na defesa dos direitos da classe proletária e explorada de nossa região. Pois entendemos ser absolutamente inadmissível que nosso povo continue pobre, analfabeto e sofrido por causa principalmente dessa burguesia selvagem que procura a cada dia pisotear mais o trabalhador.

Assim sendo, tomamos a frente e vamos à luta sem descanso na construção de uma sociedade mais justa e solidária, que é o comunismo. Já é sintomático o teor de politização das massas conterrâneas. Já começamos a romper a barreira do anticunismo em nossa cidade. A juventude está ciente de sua missão e de seu papel na sociedade. A receptividade vista neste setor é formidável, o que nos leva a crer que logo passaremos a constituir uma força importante na luta das classes trabalhadoras, há tanto desprezadas.

É sintomático que nosso avanço incomode a burguesia. Os representantes da oligarquia trataram desde logo de criar obstáculos em nosso caminho. O mais vergonhoso foi a proibição, decidida pela maioria dos vereadores, de que utilizássemos o recinto da Câmara Municipal para realizarmos, no último dia 25 de março, nossa Convenção Municipal. Como era de se esperar, apenas 3 vereadores tiveram dignidade suficiente para votar a favor de que se respeitasse nosso direito elementar de organização partidária e de reunião, em dependências públicas e que portanto deveriam estar a disposição de todo o povo.

A oligarquia da cidade e os reacionários em geral estão, porém, redondamente enganadas se pensam que vamos arrefecer com esta decisão despótica. Com ela, apenas nos engrandecemos, pois sabemos que somos nesse momento uma pedra em seus sapatos! Estamos nos organizando e ganhando a simpatia do povo missãovelhense. Também aqui, no interior do Ceará, brotará a chama da luta contra os métodos políticos fossilizados e por um Brasil de pão e igualdade para todos.

(José Cícero da Silva, Missão Velha, CE)

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA" UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
Endereço.....
CEP.....Cidade.....Estado.....
Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: Cr\$180,00

Assinatura semestral: Cr\$360,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas
Editor: José Reinaldo Carvalho
Redação: Antonio Martins, Irasson Cordeiro Lopes e Umberto Martins
Diagramação e Arte: José Luís Munuera Reyes
Centro de Documentação: Joana D'arc de Sousa e Rosane Montiel
Administração: Sandra Mateus
Secretaria: Márcia Medeiros
Assinaturas: Cláudia Medeiros
Fotografia: Agência Fóton
Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - São Paulo/SP
Telefone: (011) 36-7531
Telex: 11-32133
Fax: (011) 36-4104
Nas capitais: ACRE - Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329,

Rio Branco; ALAGOAS - Ladeira do Brito, 72 - fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ - Avenida Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS - Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, fone: (092) 233-7717, Manaus; BAHIA - Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ - Rua São Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL - HIGS 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO - Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS - Rua Parnaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO - Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, São Luiz; MATO GROSSO - Rua Comandante Costa, 548, fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá;

MATO GROSSO DO SUL - Rua Rui Barbosa, 2.500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS - Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARA - Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800, fone: (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA - Rua Almeida Barreto, 273, CEP 58020, fone: (083) 222-4413, João Pessoa; PARANÁ - Rua Mal. Deodoro, 1.161, Centro, fone: (041) 263-2049, Curitiba; PERNAMBUCO - Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ - Rua Desemb. Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO - Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1603, CEP 20031, fone: (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE - Rua Prof. Zuza, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL - Rua Santo Antônio, 254, CEP 91220, fone: (051) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA - Rua José Bonifácio, 787, fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA - Rua Major Willians, 434, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA - Rua Júlio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis; SERGIPE - Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária. Composição e montagem: Compuarte - Prods. Gráf. S/C Ltda. Rua Cruz e Souza, 60 - Aclimação - fone: 285-3669. Fotolito e Im. - fone: 285-3669.

CDMA
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Depois de Dickens, William Makepeace Thackeray (1811-1863) foi o mais famoso romancista inglês do século XIX. Filho de uma classe média abastada, chegou a ser proprietário de jornais e revistas. Porém, faliu e teve de trabalhar duramente como jornalista para sobreviver.

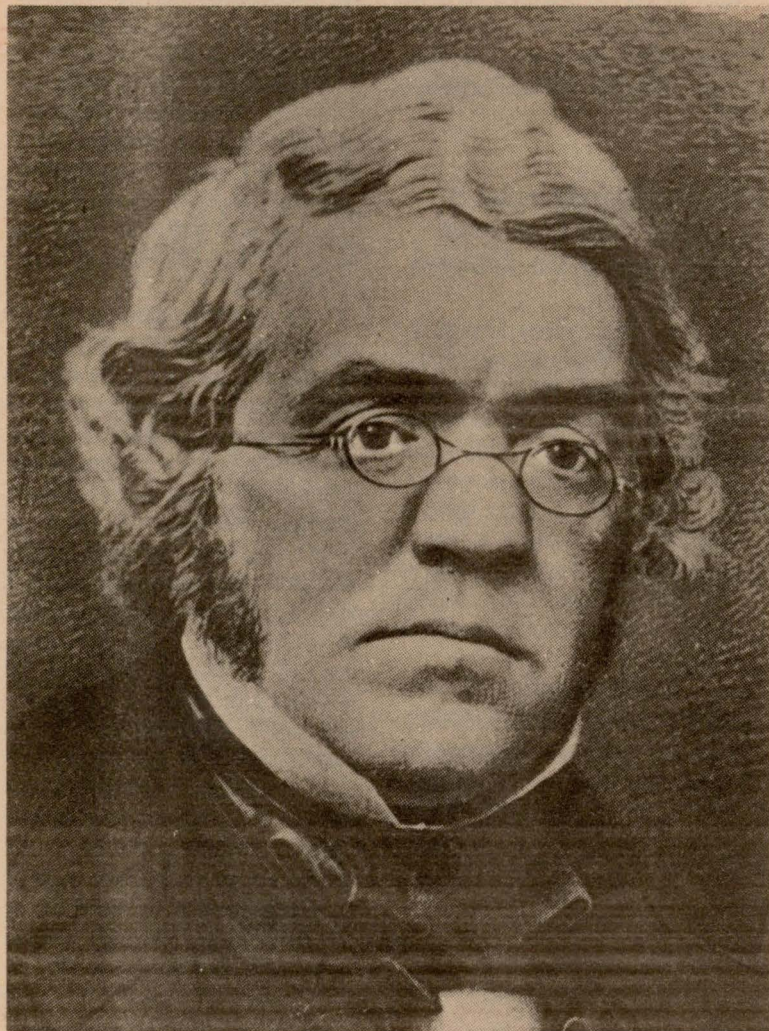
Realista, Thackeray pinta com cores amargas e traços impiedosos a alma inglesa de sua época e a mesquinhez da sociedade burguesa. No livro que é considerado sua obra-prima - "A Feira das Vaidades, um romance sem heróis", escrito entre 1847-48 -, ele mostra co-

mo o feitiço do vil metal domina os espíritos, as relações monetárias e mercantis conformam sentimentos e pensamentos, moldam a conduta, os costumes, as intrigas, os medos, criando e alterando valores morais, movimentando a vida humana (ou a alma da época) dentro da sociedade. Que dignidade confere a um indivíduo um bom saldo no banco!

É com acentuado desprezo e ferina ironia que ele descreve a ociosidade requintada da aristocracia britânica que, embora decadente desde a revolução burguesa do século XVII, soube negociar

com as novas classes dominantes e afinal conservar com competência (até a modernidade) certos privilégios, posições (como a Câmara dos Lordes) e charme, especialmente aos olhos da classe média (para a qual, aliás, o autor reserva pinceladas mortais).

No texto que publicamos abaixo, Thackeray traça algumas características de um parlamentar inglês, o aristocrata Sir Pitt, fazendo referências ao seu filho (Rawdon Crawley), à aventureira Miss Sharp (principal personagem da "Feira") e à meio-irmã Crawley.



Feira das Vaidades

THACKERAY

ção feita do seu próprio. E, como admiradores da aristocracia inglesa, é com tristeza e dor que nos vemos obrigados a reconhecer tantas qualidades condenáveis numa pessoa cujo nome se acha inscrito no Debrett(*).

Ó Feira das Vaidades... Feira das Vaidades! Eis um homem que não sabia escrever corretamente e desprezava a leitura; que tinha os hábitos e manhas de um camponês; cuja finalidade na vida era fazer trapacas; que nunca sentira gosto, emoção ou prazer que não fosse de natureza vil. Entretanto, não lhe faltavam honras, posição e, de certo modo, poder. Era um dignatário do condado, um pilar do Estado. Era corregedor e andava de carruagem dourada. Ministros e estadistas o acatavam. E, na Feira das Vaidades, ocupava um lugar de maior prestígio do que o mais brilhante gênio ou o mais virtuoso dos homens.

Sir Pitt tinha uma meio-irmã, solteirona, que herdara uma fortuna do lado materno. O baronete propusera-lhe tomar esse dinheiro emprestado sob hipoteca, mas Miss Crawley recusara, preferindo a garantia dos fundos públicos. Todavia, manifestara a intenção de legar metade dos seus bens a Rawdon Crawley, o filho mais moço de Sir Pitt, e já por duas vezes pagara as dívidas do sobrinho, contraídas durante o curso escolar e a carreira no exército. A outra metade destinava-se à família do seu irmão mais moço, o vigário. À vista disto, quando vinha em visita a Crawley-da-Rainha, a solteirona era recebida com grande respeito por toda a família, porquanto possuía no banco um saldo que a faria estimada em qualquer meio.

Que dignidade confere a uma senhora idosa esse saldo no banco! Se é nossa parenta (oxalá cada leitor possua várias nessas condições), é com enternecida inat-

gência que consideramos os seus defeitos, admirando o seu velho e bondoso coração! O sócio mais moço do magazine Hobbs & Dobbs nunca deixa de a acompanhar, sorridente, até a carruagem decorada com o losango(**) e conduzida pelo cocheiro gordo e asmático. E, quando ela nos faz uma visita, não perdemos a oportunidade de informar os nossos amigos sobre a situação financeira da visitante.

Dizeis (com perfeita sinceridade): - Ficaria encantado de ter o autógrafo de Tia Fulana num cheque de cinco mil libras.

-Não lhe faria falta, observa vossa esposa. Quando um amigo vos pergunta se Miss... é vossa parenta, respondi com ar de satisfação displicente:

-Sim, é minha tia.

E vossa esposa envia-lhe constantemente pequenas lembranças, como prova de amizade; vossas filhas bordam-lhe inúmeras sacolas, almofadas e estofos para escabelos. Que bom fogo crepita na lareira do seu quarto quando ela se hospeda em vossa casa, embora vossa esposa ate o espartilho diante de carvões apagados! Durante a sua estada, a casa assume um aspecto arranjado, confortável, acolhedor e festivo, desconhecido em outras ocasiões. Vós mesmos, caro senhor, esquecei-vos de cochilar depois do jantar e manifestais subitamente (embora perdendo sempre) seu gosto pronunciado pelo jogo de uíste. Que bons jantares! Caça todos os dias, Madeira Malmsey, e uma profusão de peixes recebidos de Londres. Até os criados participam da prosperidade geral: durante a estada do gordo cocheiro de Miss... a cerveja consumida na cozinha torna-se misteriosamente mais forte, e o consumo do chá e do açúcar na sala das crianças (onde a criadagem da hóspede toma as suas refeições) deixa de ser racionado. É ou não a verdade? Invoco o testemunho das classes médias. Ó Misericórdia Divida! Espero que me envieis uma tia velha... uma tia solteirona com um losango pintado na carruagem e com um topete postiço cor de café ralo! Com que dedicação as minhas filhas lhe bordariam sacolas de trabalho; com que desvelo minha Júlia e eu zelaremos pelo seu conforto! Ó doce, doce visão! Ó sonho vão, vão!

Sir Pitt Crawley era homem de temperamento sociável, nada soberbo. Preferia mesmo a companhia de um lavrador ou de um vendedor de cavalos à de um cavalheiro, como milord seu filho. Gostava de beber, de praguejar, de gracejar com as filhas dos lavradores. Nunca se ouvira dizer que tivesse dado um xelim a ninguém, ou praticado um gesto generoso - mas tinha um gênio prazenteiro, folgazão e manhoso. Era capaz de contar uma piada e beber um trago em companhia de um reideiro e, no dia seguinte, executar-lhe a penhora; ou de rir-se com um ladrão de caça e metê-lo na cadeia em seguida - com o mesmo bom humor. Quanto à sua galanteria para com o belo sexo, Miss Sharp já nos informou a respeito. Em resumo, entre todos os baronetes, pares e parlamentares da Inglaterra, não havia velho mais malandro, mesquinho, egoísta, insensato e desmoralizado. Sir Pitt Crawley era capaz de introduzir a mão avermelhada em qualquer bolso, ex-

PROSA & VERSO